

INSTITUTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA DE GOIÁS  
BACHARELADO EM FILOSOFIA

MARCIO SOUSA BRANDÃO

**ÉTIENNE DE LA BOÉTIE: A PARADOXAL RELAÇÃO ENTRE SERVIDÃO  
E LIVRE VONTADE**

Goiânia

2022

MARCIO SOUSA BRANDÃO

ÉTIENNE DE LA BOÉTIE: A PARADOXAL RELAÇÃO ENTRE SERVIDÃO E  
LIVRE VONTADE

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Filosofia do Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Filosofia.

Orientador: Dr. José Reinaldo F. Martins Filho

Goiânia

2022

*Dedico esse trabalho aos amigos, tanto os de  
perto como os de longe; a esses que estiveram ao  
meu lado e, nos momentos necessários, me  
corrigiram, guiaram, suportaram e me alegraram.  
A vocês, este singelo tributo e minha eterna  
gradidão.*

## AGRADECIMENTO

Gostaria, primeiramente, de agradecer ao Sumo Bem, autor da vida, por conduzir meus passos e, em todas as adversidades da vida, sempre me conceder a força necessária para superá-las. Aos meus familiares, em especial aos meus irmãos Mateus, Adriana, Aldeane e Marcelo, com vocês aprendo a cada dia. De modo muito singular, agradeço aos meus pais, Osvaldo Leite Brandão (*In memoriam*) e Aldenice Souza Oliveira (*In memoriam*), como também à minha irmã Andreia Sousa Brandão (*In memoriam*). A passagem de vocês foi muito breve. Contudo, as sementes lançadas estão florescendo; o exemplo deixado nos acompanha e é luzeiro nos momentos de penumbra. Aos amigos, estendo minha alegria e gratidão. Nomes não precisam ser mencionados, uma vez que aqueles que são, sabem que o são e nada mais precisa ser dito. Grato a vocês por terem colaborado na confecção desta pesquisa. Primeiramente, sendo quem são. Gratidão também pelas correções, apontamentos e, sobretudo, pela escuta sempre generosa e fraterna. Estendo, enfim, meus agradecimentos ao Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás – IFITEG, como também a todo o seu quadro docente, discente e todos os demais colaboradores. Ao Professor José Reinaldo F. Martins Filho, grato pela orientação sempre muito generosa e atenta.

*“Por mais raro que seja,  
Ou mais antigo,  
Só um vinho é deveras excelente:  
Aquele que tu bebes calmamente  
Como o teu mais velho  
E silencioso amigo” [...].*  
Mario Quintana, *Do sabor das coisas*

## RESUMO

Étienne de La Boétie, filósofo e humanista francês, destacou-se dos seus coetâneos ao propor uma nova maneira de pensar as relações políticas. Se até o momento o foco recaía sobre aquele que mantinha o poder, na nova ótica esse perde sua centralidade. Pensar esse novo modelo fez com que o autor se deparasse com a junção de dois conceitos inconcebíveis em articulação, pois, deslocando a visão do tirano, o autor vê no súdito a chave da perpetuação do governo opressor. Em linhas gerais, é o que se expressa na obra “Discurso da Servidão Voluntária”, foco desta pesquisa. Com a intenção de prescrutar essa nova forma de compreender o jogo político, o trabalho que segue tem como ensejo apresentar, no primeiro capítulo, o percurso traçado por aqueles que logravam a liberdade até o mal encontro que marca o início da tirania, dando relevo ao conceito de servidão voluntária. No segundo capítulo são expostas as três formas pelas quais o tirano chega ao poder, em paralelo com as formas de manutenção da tirania, dando ênfase à participação dos tiranetes nesse jogo tirânico. Por fim, apresenta-se o que aqui se concebe como os dois “remédios” contra a “doença” que assola a sociedade, ou seja, o desejo de servidão. São, pois, a desobediência civil e a amizade os “antídotos” capazes de devolver ao homem o seu estado originário de liberdade.

**Palavras-chave:** Liberdade; Tirania; Servidão Voluntária; Desobediência; Amizade.

## RESUMEN

Étienne de La Boétie, filósofo y humanista francés, se destacó entre sus pares al proponer una nueva forma de pensar las relaciones políticas. Si hasta ahora el foco estaba en quienes detentaban el poder, en la nueva perspectiva pierden su centralidad. Pensar en este nuevo modelo hizo que el autor se enfrentara al cruce de dos conceptos inconcebibles en articulación, pues, desplazando la visión del tirano, el autor ve en el sujeto la clave para la perpetuación del gobierno opresor. En términos generales, eso es lo que se expresa en la obra “Discurso de la servidumbre voluntaria”, objeto de esta investigación. Con la intención de escudriñar esta nueva forma de entender el juego político, el trabajo que sigue tiene la oportunidad de presentar, en el primer capítulo, el camino trazado por quienes alcanzaron la libertad hasta el mal encuentro que marca el inicio de la tiranía, destacando el concepto de servidumbre voluntaria. En el segundo capítulo se exponen las tres formas en que el tirano llega al poder, en paralelo a las formas de mantener la tiranía, enfatizando la participación de los tiranos en este juego tiránico. Finalmente, presenta lo que aquí se concibe como las dos “medicinas” contra la “enfermedad” que azota a la sociedad, es decir, el deseo de servidumbre. Por tanto, la desobediencia civil y la amistad son los “antídotos” capaces de devolver al hombre a su estado original de libertad.

**Palabras llave:** Libertad; Tiranía; Servidumbre Voluntaria; Desobediencia; Amistad.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1 DA LIBERDADE À TIRANIA: SOBRE A SERVIDÃO VOLUNTÁRIA.....</b>	<b>15</b>
1.1 A CONCEPÇÃO ANTROPOLÓGICA: O HOMEM COMO LIBERDADE E IGUALDADE.....	15
1.2 O PARADOXO LABOECIANO: A SERVIDÃO VOLUNTÁRIA.....	19
1.3 A TAXONOMIA DO TIRANO.....	24
<b>2 SOBRE A ORIGEM E A MANUTENÇÃO DE UM SISTEMA TIRÂNICO.....</b>	<b>28</b>
2.1 DAS FORMAS DE ASCENSÃO AO GOVERNO.....	28
2.1.1 A aclamação popular: o poder do carisma.....	29
2.1.2 A força das armas: o poder da violência.....	31
2.1.3 A sucessão de raça: o poder da tradição.....	31
2.2 DOS MECANISMOS EMPREGADOS NA MANUTENÇÃO DA TIRANIA.....	33
2.2.1 A força do costume.....	33
2.2.2 A política do “pão e circo” .....	35
2.2.3 A apropriação da religião.....	36
2.3 AS CASCATAS DE DOMINAÇÃO.....	38
<b>3 MODOS RELACIONAIS DE SUPERAÇÃO DA TIRANIA: REVOLTA PACÍFICA E AMIZADE.....</b>	<b>44</b>
3.1 A REBELIÃO PACÍFICA.....	44
3.2 O PODER POLÍTICO DA AMIZADE.....	50
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>57</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>62</b>



## INTRODUÇÃO

No decorrer da história encontramos inúmeros pensadores que se debruçaram sobre questões oriundas da vivência social. Dentre estes, existe um filósofo que, por sua perspicácia, apresentou ao mundo uma outra forma de pensar a política, então, pelo prisma do próprio ato de servir presente nos súditos; ou seja, uma servidão caracterizada pela liberdade no ato de servir. Justamente esse é o caso do jovem Étienne de La Boétie (1530-1563). Deixou poucos escritos autorais: somente alguns sonetos e traduções feitas de Xenofonte e Plutarco, o *Mémoires de nos troubles sur l'édit de janvier 1562* (Memórias de nossos problemas no edital de janeiro 1562) e o “Discurso da servidão voluntária”. Sua obra, entretanto, não passou despercebida na história e nos inquieta e provoca reflexões até os dias atuais.

Dentre as obras citadas, o “Discurso da servidão voluntária” desponta como sendo a mais conhecida do jovem autor. Escrito, segundo Pierre Clastres, em 1548, quando tinha dezoito anos e frequentava o curso de direito na universidade de Orléans. Apesar de ter sido escrito quando ainda era muito jovem, a mesma só chegou a ser publicada após o seu falecimento. Sua primeira publicação se deu no ano de 1574, patrocinada por revoltosos huguenotes com clara intenção de usá-la para fins militares, sendo, dessa forma, necessária a intervenção de Montaigne, com o intuito de preservar a honra de seu amigo e a real intenção do escrito.

O problema que perpassa toda a obra gira em torno do acasalamento de dois conceitos opostos, ou seja, um paradoxo que se apresenta logo no título da obra. Como compreender uma servidão que tenha como principal característica a passividade, ou melhor, o desejo por sua manutenção? Bem observou La Boétie que a resposta não repousaria em meras justificativas fáceis, uma vez que precisava desmontar toda uma cadeia de pensamento que não apenas apontava para a figura do tirano e os meios dispostos por ele para se manter no poder. O problema também reside, segundo La Boétie, no desejo presente em cada um dos subordinados de subordinar outrem, ou seja, participar da dominação. Com isso, cria-se uma cadeia entrelaçada que perpassa todas as camadas sociais. Oriundo disso, temos que a relação senhor-servo se vê às avessas, não sendo o servo que advém do senhor, mas é o senhor que urge a partir do servo.

As motivações que subjazem esta pesquisa, assentam-se, primeiramente, na originalidade no pensamento político de Étienne de La Boétie. Tal forma de pensamento, como já salientado, se apresenta rodeado de uma novidade tanto para a época e, porque não dizer, para os que lhe sucederam. Frequentemente continuamos a estabelecer senhores e a eles, de bom grado, servimos e desejamos sempre mais servir. Aclarar essas aspirações pode ajudar a compreender a forma como lidaremos com tais mecanismos no presente, em vista de otimizarmos nossas percepções para o futuro. Paralelamente a essa constatação, tendo sido observado, previamente, a inexistência de outros trabalhos monográficos, até o presente momento, que possam ter estudado a perspectiva apresentada pelo filósofo, buscou-se empreender este caminho de pesquisa com o ensejo de fomentar novas atividades de estudos e aprofundamento da ótica do autor em questão no âmbito do IFITEG.

Dessa forma, acreditamos que a pesquisa poderá ajudar a alargar a visão até então obtida sobre a política moderna. Como último elemento, contudo, não menos importante, destaca-se a importância que tem o tema da amizade no discurso, como também a possibilidade de se pensar uma forma de resistência que abdique de força militar orquestrada. Ante o desejo de servir, encontramos na obra o que seria um possível “antídoto” a essa prática disseminada entre os homens. A amizade é, para o autor, esse elemento que, adicionado às relações, faria com que os homens voltassem ao seu estado natural, ou seja, o estado de liberdade e igualdade, rompendo com a condição de servidão.

Após termos compreendido as realidades que fomentam a necessidade de aprofundamento do tema, delimitamos como sendo o nosso principal objetivo a compreensão do paradoxo presente à obra. Ou seja, partimos de uma leitura atenta e detalhada do “Discurso da servidão voluntária”, de Étienne de La Boétie, com o desejo de compreender o paradoxo entre a relação dos conceitos de servidão e livre vontade, tendo como base a condição dos que, embora livres, se submeteram a viver sob o jugo de outrem.

Para melhor assimilação dos conceitos dispostos e das relações entre eles, organizamos a obra em três eixos, ou seja, três partes que nos ajudaram a compreender o todo. Sendo a primeira de caráter conceitual, a segunda descritiva dos meios pelos quais os tiranos chegaram ao poder e, em paralelo, as formas dispostas para lá se manterem. Por último, o que podemos compreender na obra como sendo os possíveis “antídotos” frente essa realidade oposta ao estado originário do homem.

Dessa forma, temos que o conceito de servidão voluntária aponta para a relação paradoxal em que se encontram muitos homens: embora livres, optam pelo jugo do serviço a outros homens; vivem sob sua autoridade. Tal vontade é compreendida tendo em vista que aquele que se sujeita ao tirano exerce sobre outro a tirania, pelo que aceita a submissão, pois deseja que outros também se sujeitem a si. Sendo assim, conforme La Boétie, não se aplica suficiente atenção ao que se perde – ou seja, a liberdade –, mas ao que se ganha: a servidão. Desta cascata de submissão, evidencia-se a novidade do pensamento do filósofo, quer dizer, o papel fundamental que o servo tem na manutenção do sistema tirânico. A amizade e a recusa em servir a vontade de outrem serão, nesse propósito, as formas relacionais de embargo da condição de servidão e de recuperação da liberdade e da igualdade originárias.

A metodologia empregada com o intuito de realizar essa pesquisa se deu a partir da leitura e do fichamento da obra “Discurso da servidão voluntária”, publicada no Brasil, em 1982, pela editora Brasiliense, com tradução de Laymert Garcia dos Santos e comentários do antropólogo Pierre Clastres e do filósofo Claude Lefort, ambos franceses, e da filósofa brasileira Marilena Chauí. O livro contém dois exemplares do “Discurso”. O primeiro texto foi estabelecido por Pierre Léonard e corresponde aos manuscritos de Henri de Mesmes (1532-1596). O segundo, por sua vez, corresponde à transcrição feita por Charles Teste (1836). Desta forma, para a condução desse trabalho, optamos pelo texto de Henri de Mesmes, uma vez que o primeiro manuscrito, o original entregue por La Boétie a Montaigne, tenha sido perdido. A transcrição mais próxima do original, desse modo, seria a de Henri de Mesmes. Enfim, para além do material já apontado, foi igualmente válido o uso de outros textos retirados de artigos científicos e teses de mestrado e doutorado, que se encontram dispostos na bibliografia em ordem alfabética.

A pesquisa foi organizada com o objetivo de perpassar toda a obra. Para isso, no primeiro momento elegemos três conceitos que julgamos válidos na compreensão e organização subsequente do trabalho. Dessa maneira, para o primeiro capítulo trabalhamos a concepção antropológica do homem, ou seja, o homem como liberdade e igualdade. Só a partir da compreensão do que La Boétie pensa ser o homem em seu estado de natureza é possível compreender o paradoxo por ele denunciado. Com isso já abrimos o tema do segundo tópico do referido capítulo: a servidão voluntária. Uma vez apresentados esses conceitos basilares da obra, voltamos nosso olhar para

a figura do tirano. Por mais que esse não seja o objeto central do “Discurso”, e isso nos atesta muito bem Marilena Chauí, ele não deixa de ser frequentemente citado no decorrer do panfleto. Dessa forma, como último elemento a ser analisado nesse percurso, foram apresentadas as várias faces que adquire o tirano, e se seria possível encontrar elementos que justificassem a adoração por parte dos servos a esse senhor que, na maioria das vezes, se apresentava tão duro e ríspido.

Tendo sido lançadas as bases segundo as quais a pesquisa se desenvolveria, buscamos entender o que é apresentado no interior do texto de La Boétie, ou seja, compreendendo que o homem gozava inicialmente de uma liberdade originária, urge a questão acerca do que poderia ter ocorrido para que tal estado fosse perdido. Em outras palavras, quais mecanismos foram empregados pelo tirano para que os tirasse de seu estado primeiro.

Para tanto, no segundo capítulo, na esteira do que apresenta o autor, expomos as três formas pelas quais uma pessoa pode chegar ao poder máximo de uma nação, sendo elas: em primeiro lugar, a aclamação popular, pela qual vemos que o carisma de um é fator determinante na sua elevação sobre os demais. No segundo momento temos que se pode lograr o poder também através da força das armas, ou seja, mediante o movimento bélico contra outra nação e, conseqüentemente, sua dominação. Por último, e como conseqüência das duas formas acima mencionadas, temos a sucessão de raça, ou seja, o poder que passa através da tradição e hereditariedade.

Uma vez que o poder se encontre estabelecido e já não seja mais possível gozar da liberdade natural é necessário que aquele que agora dispõe da condução do sistema tirânico use de meios para consolidar seu lugar de mando. Dessa forma, no segundo tópico desse capítulo apresentamos a força que tem o costume no tocante à manutenção do poder opressor, uma vez que se cria a compreensão popular de que a submissão sempre ocorreu. Podemos exemplificar essa relação utilizando o jargão popular: “sempre foi assim”; desse modo, os tiranizados não conseguem vislumbrar algo que ultrapasse a realidade imediata.

Outro meio muito comum para o exercício do domínio é o artifício da política do “pão e circo”. Nessa perspectiva, os tiranos bem observaram que, com pequenos gestos de prodigalidade, faziam com que a grande massa ficasse anestesiada e não conseguisse mais lembrar que os bens adquiridos através da pretensa bondade do tirano já lhes pertenciam e que, na verdade, foi o tirano que lhes roubara a sua posse.

A terceira técnica de embrutecimento dos homens reside na apropriação da religião, dessa forma, os tiranos se valiam do sagrado e seus mistérios, para, assim, manipular o grande populacho, que chegava à raia de acreditar que poderiam estar sendo guiados por um deus e não um homem.

Tais mecanismos, como aponta La Boétie, só têm efeito enquanto se dirigem a pessoas de pouca instrução. Dessa maneira, não é nelas que se assenta a confiança de um sistema próspero. Com isso, no último tópico do referido capítulo, detalhamos o que é, para o autor, a verdadeira força e o segredo da dominação, qual seja: a disponibilidade encontrada em inúmeras pessoas para servirem de bom grado ao tirano. Eis, pois, o que faz com que milhões obedeçam a um único homem, que não possui nenhum atributo que o coloque acima dos demais. A chave da compreensão da obediência reside no desejo de fazer parte do processo de mando, de forma que, ao obedecer a um superior, eles desejam que aqueles que se encontram em uma camada inferior a eles também se submetam. Nessa constatação fundamenta-se uma das originalidades do pensamento de Étienne de La Boétie: a cascata de dominação em que se encontra submetida toda a sociedade.

Em virtude desse mal que corrompe e congrega em torno de si muitos dos tiranizados, fazendo com que sejam tiranetes abaixo do tirano, La Boétie apresentará os mecanismos pelos quais ele compreende ser possível fazer frente a esse “veneno” mortal. Tais “antídotos” foram descritos no terceiro capítulo da pesquisa. Em um primeiro momento, detalhamos a revolta pacífica, ou, a desobediência civil. Esse mecanismo constitui outra novidade no pensamento do autor, uma vez que, na contramão do tirano que usa de um aparato militar, o que propõe o autor assenta-se no simples, mas poderoso gesto de a ele não oferecer seus serviços, ou seja, a recusa ante o poder opressor. Segundo o autor, em virtude dessa negação o grande e colossal corpo que se criou em torno do tirano vai se desfazendo e, conseqüentemente, a liberdade originária é alcançada.

Como um segundo “antídoto” apresentado por La Boétie, temos a possibilidade de pensar a amizade e sua força política. Tal disposição relacional revela necessidades que fazem oposição clara a um sistema opressor. Dentre elas, vale ressaltar que a mesma só é possível em um ambiente que não aceita a elevação de um sobre outrem. A partir desse aspecto, vemos que, nas relações travadas entre o tirano e seus cúmplices, não é plausível pensar em encontrar reais laços de amizade.

A mesma também é caracterizada como um campo fértil da partilha dos bens dados pela mãe natureza e do interconhecimento mútuo.

Para concluir essa breve exposição inicial da pesquisa, apresento duas motivações pessoais que justificam a escolha do filósofo. Tais inquietações assentam-se em dois momentos distintos que se deram no decorrer do curso de Filosofia. O primeiro contato com Étienne de La Boétie ocorreu no ano inicial do curso, tendo ingressado no ano de 2017 e devido ao fato de, naquela época, o curso ser organizado de forma modular, ocorreu que no primeiro ano já me deparei com os filósofos modernos. Por esse motivo, em uma das aulas com um determinado professor, o mesmo falou uma frase atribuída ao filósofo que dizia o seguinte: “os homens só são grandes porque estamos de joelhos”. Na verdade, tal frase jamais foi dita pelo autor. Contudo, não deixa de apresentar inquietações que muito se assemelham ao seu pensamento. Dessa forma, ao ouvir e refletir a respeito, logo fiquei inquieto e busquei conhecer mais desse jovem autor tão impactante, ao passo que na primeira oportunidade liguei para um amigo de longa data para partilhar as impressões acerca do mesmo.

O segundo momento liga-se a inquietações que se apresentaram após o estudo da obra “Ética a Nicômaco”, de Aristóteles, na disciplina de Ética, ministrada pelo professor Pe. Mário Correia. Uma vez lido o capítulo oitavo, dedicado ao tema da amizade, e, estando envolvido de forma singular com a questão, tive o desejo de poder contribuir com a reflexão acerca da mesma. Dessa forma, vi no “Discurso” a possibilidade de alargar a reflexão a respeito da potencialidade que tem a amizade em oposição a um sistema tirânico. Assim, também, puder prestar um tributo a todos aqueles aos quais, de forma singela, me direciono como amigo.

# 1 DA LIBERDADE À TIRANIA: SOBRE A SERVIDÃO VOLUNTÁRIA

*Os monstros existem, mas são muito pouco numerosos para ser realmente perigosos; mais perigosos são os homens comuns, os funcionários dispostos a acreditar e a obedecer sem discutir.*  
Primo Levi

Ao empreendermos o estudo do pensamento político de Étienne de La Boétie é possível encontrarmos conceitos que lhe são caros e que, por vezes, chegam a divergir da forma de pensar do seu período e da própria tradição filosófica. Dessa forma, no primeiro tópico deste capítulo será apresentada sua concepção antropológica, a saber: que o homem é livre por natureza e tem suas relações sociais pautadas na amizade e na igualdade. Contudo, um “mau encontro” fez com que esse, que gozava de tais aspectos, se visse sujeito a outrem; e não somente, mas que também apresentasse em si o desejo de produzir a servidão, tema do segundo tópico do presente capítulo. Dessa relação de elevação de um ao cargo de senhor, surge a figura do tirano, o qual só tem base enquanto encontra a anuência do servo. Eis, portanto, o desenho do capítulo que segue.

## 1.1 A CONCEPÇÃO ANTROPOLÓGICA: O HOMEM COMO LIBERDADE E IGUALDADE

O ser humano sempre se apresentou como objeto de indagações ao longo da história da filosofia, de forma que, como é de se esperar, sempre foi refletido tendo em consideração o ambiente próprio de cada época, com suas potencialidades e limitações. O autor em questão neste trabalho, Étienne de La Boétie, a seu modo também contribuiu com a questão nos legando, nas primeiras páginas de sua obra “Discurso da servidão voluntária”<sup>1</sup>, o que podemos considerar como a sua concepção antropológica. Essa pode ser resumida segundo, Nunes (2007, p. 28), “em três afirmações: somos naturalmente obedientes aos pais, somos sujeitos à razão, somos servos de ninguém”.

---

<sup>1</sup> A partir deste momento, todas as vezes em que este trabalho se referir à obra “Discurso da servidão voluntária”, será abreviado para “Discurso”, tendo em vista que será uma expressão recorrente.

Da primeira afirmação – de sermos naturalmente obedientes aos pais – não é possível que se pense o contrário, vez que é um dado invariável em todas as sociedades e “todos os homens testemunham, cada um por si” (LA BOÉTIE, 1982, p. 17). Com relação à razão, na trilha da tradição filosófica, o autor não ousa dizer o contrário. Apenas afirma que “[...] há em nossa alma alguma semente natural de razão que, mantida por bom conselho e costume, floresce em virtude e, ao contrário, frequentemente sufocada, aborta, não podendo enfrentar os vícios sobrevindos” (LA BOÉTIE, 1982, p. 17).

A esse respeito, vale ressaltar o papel valioso que adquire o costume na formação e constituição do homem. No “Discurso” podemos identificar dois modos ou duas abordagens necessárias para a manutenção de um sistema tirânico – como veremos mais adiante, no segundo capítulo, embora desse outra ênfase; se bem orientado para o progresso da razão e, conseqüentemente, o desabrochar de virtudes, como mencionado acima pelo autor, não deveria haver outro caminho senão o que conduz ao pleno exercício da liberdade. Porém, não é essa a realidade que serviu de impulso às reflexões do jovem autor, mas justamente o oposto: a tirania estabelecida entre os homens que, por si mesmos, optaram por obedecer.

Isso evoca, em último lugar, ainda que não menos importante, a afirmação de sermos “servos de ninguém”, isto é, sem relações de mando estabelecido e sem um Estado instituído. Com isso o autor conclui sua compreensão de como deve ser o homem em seu estado de natureza, isto é, livre e igual na relação para com todos os demais. Nessa sociedade, na qual os homens viveriam seu estado natural, as relações originadas entre si estariam permeadas pela amizade, uma disposição de igualdade que impede, permanentemente, a ascensão de qualquer homem sobre os seus semelhantes, conformados ao seu mesmo nível de garantias e condições. De forma que o modo pelo qual se relacionariam tais comunidades não permitiria que um fosse elevado ao cargo de senhor, pois a amizade só se dá entre iguais.

O fato de a amizade ser possível somente entre pessoas iguais, ou seja, em um ambiente que não admite a lógica de mando e obediência, não significa que os homens sejam nivelados entre si. O próprio autor reconhece existir pessoas que apresentam qualidades e aptidões, sejam elas físicas ou intelectuais, diversas. Por exemplo, o que diz no seguinte fragmento:



E se, fazendo a partilhas dos presentes que ela [a *natureza*] nos dava, cedeu alguma vantagem de seu bem ao corpo ou no espírito, a uns mais que a outros, no entanto não entendeu colocar-nos neste mundo como em um campo cerrado e não enviou para cá os mais fortes nem os mais espertos como bandidos armados numa floresta, para aí dominar os mais fracos; mas, antes, é de crer que, atribuindo assim as partes maiores a uns, aos outros menores, queria fazer lugar ao afeto fraternal para que ele tivesse onde ser empregado, tendo uns o poderio de dar ajuda, os outros necessidade de recebê-la (LA BOÉTIE, 1982, p. 17 – grifo nosso).

Com base no exposto, podemos mais uma vez confirmar o caráter antinatural que se reveste na ascensão de um sobre o outro, ou seja, na tirania e, posteriormente, na servidão voluntária. Já que até mesmo as diferenças encontradas não são pretextos para a dominação, essas desigualdades serviriam para que alguns pudessem ter a quem partilhar suas aptidões, ao passo que os menos afortunados teriam a necessidade de receber ajuda. Essa disposição da natureza pode, enfim, ser compreendida através da “perspectiva do equilíbrio” (LOBO, 2016, p. 118). Uns com capacidade de oferecer e outros com a necessidade de receber.

Para o autor, portanto, a natureza é a boa mãe, dispensadora dos dons e talentos, formadora humana *de* e *para* uma vida fraterna, pela qual as pessoas em seu estado natural poderiam se olhar e se reconhecer uns nos outros. Adicionada à compreensão do reconhecimento de si no outro, La Boétie apresenta um novo elemento que ajuda a manter o vínculo social mais entrelaçado. Trata-se da capacidade de comunicação através “da voz e da fala” (LA BOÉTIE, 1982, p. 17), postas a serviço de proporcionar uma maior fraternidade por meio da partilha dos pensamentos e das vontades.

Além disso, ainda no tocante à constatação das diferenças encontradas entre os homens, Nunes (2007) aponta que existe, na concepção de La Boétie, uma característica que se apresenta diversa da assumida por um importante filósofo posterior, qual seja: Thomas Hobbes<sup>2</sup>. Deixemos o comentador falar:

E podemos identificar uma curiosa inversão: se para Hobbes a originária igualdade dos homens, acrescida da vaidade e do desejo de se impor, traz a

---

<sup>2</sup> Thomas Hobbes foi um filósofo e teórico político do século XVI. Para muitos é tido como um dos principais personagens do pensamento contratualista na filosofia política do seu período. Para ele, o homem, assim como concebe La Boétie, vivia originariamente em um estado natural, sem a intervenção de um poder estatal. Porém, os pensamentos tomam lados opostos quando o primeiro tem o homem como um ser com inclinação para o mal, ou seja, o “homem hobbesiano, pelo contrário, é um indivíduo genuinamente autointeressado e sem qualquer inclinação para a convivência harmoniosa e pacífica com o outro” (TELES, 2012, p. 49). Para o autor francês, a perspectiva está voltada para a diversidade, que garante que os homens possam viver fraternalmente, doando suas aptidões e recebendo o que necessitam (cf. LA BOÉTIE, 1982, p. 17).

possibilidade de convivência no estado de natureza, para La Boétie a originária desigualdade entre os homens – cada um com dons e características próprias – estimula a solidariedade e o apoio mútuo (NUNES, 2007, p. 35-36).

Nunes (2007) continua, ainda, salientando que é importante termos clara a distinção entre a “sociabilidade natural” apresentada por Étienne de La Boétie, daquela presente na antiga concepção grega, do *biós politikós*. Isso porque a visão grega demanda a existência da *polis*, ou seja, de uma estrutura que apresente elementos ou papéis já pré-estabelecidos de dominação e subserviência. Diferentemente, “[...] a sociabilidade laboeciana é pré-institucional, trata de convivência humana que prescinde da relação de mando e obediência, visto ser cimentada pela amizade” (NUNES, 2007, p. 36).

No desejo de solidificar a compreensão de que a liberdade é um dado natural, La Boétie apresenta que a mesma não é exclusividade dos homens, mas que os animais também gozam deste *status quo*. Ocorre que esses, ao notarem a real possibilidade de perderem a liberdade, já tendo resistido ao máximo e não havendo outro jeito, recorreram à “diplomacia” para com aqueles que lhes tentaram subjugar e oprimir, na sutil esperança de não perderem o dom natural que usufruíam. Sobre isso La Boétie apresenta o exemplo da barganha na qual se submetem os elefantes. Assim discorre o autor:

Que outra coisa querem dizer os elefantes – que, tendo se defendido até não poder mais, não vendo mais finalidade nisso, encontram-se na iminência de serem capturados, cravam suas mandíbulas e quebram seus dentes nas árvores – senão que seu grande desejo de permanecer livres como são inspira-os e os aconselha a negociar com os caçadores se ficarem livres a troco de seus dentes e se serão autorizados a dar seu marfim e pagar esse resgate por sua liberdade? (LA BOÉTIE, 1982, p. 18).

Aos elefantes juntam-se também os peixes e diversas aves. Os primeiros preferem “abandonar a vida ao mesmo tempo que a água” (LA BOÉTIE, 1982, p. 18), enquanto outros animais de forma clara gritam ao mundo a sua infelicidade. Para o autor, aqueles que fazem a opção por viver, se o fazem é para testemunhar “que continuam vivendo mais para lamentar sua liberdade perdida do que para se comprazer na servidão” (LA BOÉTIE, 1982, p. 18).

Aos animais domésticos, os bois e cavalos, La Boétie adiciona um elemento que, seja nas relações humanas ou no contato com os seres irracionais, se apresenta como revestido de um poder extraordinário de modelagem do ser: o costume ou o

hábito. Quanto a esses, somente após claro sinal de recusa, é possível que se dobrem ao jugo, e desse modo, o fazem “para mostrar a natureza e assim ao menos testemunhar que, se serve, não é por sua vontade, mas por nossa imposição” (LA BOÉTIE, 1982, p. 18). Com base nisso, podemos concluir que para o autor tanto os animais selvagens como os domésticos são unânimes em expressar sua revolta frente à dominação, inclusive protestando mediante o uso da força e da própria extinção da vida, quando for o caso, em busca de conservar o bem originário.

Tal constatação nos obriga a passar à segunda seção deste capítulo, na qual consideramos que, uma vez que os homens deixaram de lograr sua franquia natural e constituíram sobre si senhores que os regessem, originou-se uma servidão que tem como principal aspecto o fato de ser consentida e, dado ainda mais escandaloso, desejada. Eis, pois, a perplexidade do filósofo frente a verdade de que existe nos homens não somente a vontade de obedecer, isto é, de deter a obediência como condição, mas também a “obstinada vontade de produzi-la” (LEFORT, 1982, p. 126). Isso é o que está expresso no que segue: “só a liberdade os homens não desejam; ao que parece não há outra razão senão que, se a desejassem, tê-la-iam como se recusassem a fazer essa bela aquisição só porque ela é demasiado fácil” (LA BOÉTIE, 1982, p. 15).

## 1.2 O PARADOXO LABOECIANO: A SERVIDÃO VOLUNTÁRIA

A expressão que nomeia essa seção corresponde ao título do livro por nós estudado. A mesma adquire sua relevância no pensamento de Étienne de La Boétie não por se tratar de um conceito novo, dado que é possível a encontrarmos em outros autores clássicos. Nunes (2007), ao comentar a questão, aponta, no capítulo quarto de sua tese, a cronologia que o termo “servidão voluntária” percorreu na história do pensamento filosófico, embasando-se nas pesquisas e publicações de Joseph Barrère (1981) e Maria Sylvania Carvalho Franco (1990). Dessa forma, apresenta a maneira como cada filósofo clássico usou o termo em suas obras:

Em relação a Platão [...] o uso da fórmula, na República, cumpre o papel de criticar a não submissão aos governos; no Banquete, a servidão voluntária é vista criticamente, mas relacionada ao comércio amoroso; nas Leis, por fim, a servidão voluntária é estimada como positiva. O uso que La Boétie faz da expressão se afasta de todos esses mencionados (NUNES, 2007, p. 134).

Podemos inferir que, por mais que os conceitos relacionados não sejam novos, a perspectiva desde a qual La Boétie vai trabalhar é diversa dos seus antecessores, sobretudo de Platão. Assume, dessa forma, uma particularidade que enriqueceu o pensamento de sua época e iluminou, certamente, o nosso – ainda que o texto tenha sido um tanto tardiamente descoberto, apenas após o seu falecimento.

O conceito de “servidão voluntária” aparece logo na segunda página do “Discurso”. Antes, o autor preparou o caminho pelo qual iniciaria a sua crítica com uma epígrafe retirada da *Íliada*, canto II, verso 204-205, em que vemos Ulisses discursando para os soldados nas praias de Tróia, após anos de luta infrutífera e enfrentando a revolta dos mesmos. O rei profere a frase que provocará o desenrolar da questão, sendo o ponto de partida para o pensamento de La Boétie. Assim expressou-se: “Em ter vários senhores nenhum bem sei, que um seja o senhor, e que um só seja o rei” (LA BOÉTIE, 1982, p. 11).

Para La Boétie, as sete primeiras palavras presentes na frase seriam suficientes para expressar o valor que tem a vida em seu estado natural, sem a existência fatídica do poder separatista, que retira do convívio fraterno a uns, elevando-os sobre os demais. Por fim, desculpará o rei pelo fato de conceber que esse, se assim o fez, estava motivado pelo desejo de pacificar os ânimos revoltosos “do exército, conformando, creio eu, suas palavras mais ao tempo do que à verdade” (LA BOÉTIE, 1982, p. 11).

Mas é, certamente, segundo suas palavras, extremamente infeliz ter um ou mais senhores que seja. Em decorrência dessa questão, o autor apontará que não abordará as formas de governo e o papel que cada uma assume ou tenha assumido ao longo da história. Contudo, não deixará de “alfinetar” a monarquia, dado que para ele “é difícil acreditar que haja algo público nesse governo onde tudo é de um” (LA BOÉTIE, 1982, p. 12). Finda-se, dessa forma, o preâmbulo da questão, passando a discorrer a respeito das relações de mando e de obediência.

O tema aqui analisado – quer dizer, a “servidão voluntária” – apresenta-se como um paradoxo, já que relaciona duas palavras que se caracterizam por terem sentidos opostos, mas dispostas como complementares no “Discurso”. Na primeira, está imbricada essencialmente a relação de mando e obediência: a servidão. A segunda se liga ao conceito de liberdade, pois é voluntário tudo aquilo que é oriundo de um ato livre. Seguindo essa linha paradoxal, tem-se que o título se distancia de concepções clássicas do pensamento político cristão, e justamente nisso está uma

das novidades interpostas pelo jovem La Boétie. Marilena Chauí (2014), ao comentar o texto do filósofo, apresenta a distinção entre ato voluntário e servidão:

É voluntário tudo quanto nasce de uma escolha espontânea e por isso é livre tudo o que se realiza sem coação externa. A servidão, pelo contrário, implica coação e força, uma ação externa violenta, a dominação de alguém por outrem, supondo, portanto, a existência de relações sociais e políticas. Mesmo quando o cristianismo fala em “servo arbítrio”, a expressão não se confunde com servidão voluntária, pois seu pressuposto é o de que a vontade se escraviza em decorrência de sua finitude e do pecado originário (CHAUÍ, 2014, p. 12).

Em outro momento, Chauí retorna ao tema, apresentando no texto “Simulacro e poder: Uma análise da mídia”, outra passagem válida para o nosso processo de compreensão da incompatibilidade entre os conceitos utilizados por La Boétie, com os quais nomeou sua obra. Assim a autora apresenta novamente a questão:

[...] vale a pena retornarmos aquilo que, no século XVI, La Boétie denominava servidão voluntária, isto é, a existência incompreensível de um impulso social voluntário para a submissão. Porque incompreensível? Porque o voluntário e o servil se excluem reciprocamente. A vontade se define pelo desejo de liberdade ou como exercício da liberdade, enquanto a servidão é o que impede a ação da vontade, pois o servo está submetido à vontade do senhor (CHAUÍ, 2016, p. 142).

Para La Boétie, contudo, certamente não foi uma empreitada fácil chegar a esses termos e uni-los no decorrer da obra. Antes de chamar a atenção para “servidão voluntária” em sua especificidade, ele apresentará outras expressões que visam externalizar sua perplexidade. Primeiramente ele dirá: “mas, ó Deus, o que pode ser isso? Como diremos que isso se chama? Que infortúnio é esse? Que vício, ou antes, que vício infeliz” (LA BOÉTIE, 1982, p. 12-13). Mais adiante, outra expressão será empregada com o intuito de nomear essa situação até constrangedora em que se viam submetidos os homens. Chamou-a de “mau encontro”.

Ao tentar compreender as motivações que levariam as pessoas a serem complacentes com a tirania, poder-se-ia cair no equívoco de acreditar que somente mediante a força tais situações seriam possíveis. Entretanto, apresentará o autor que esse terrível oxímoro não pode ser explicado pelo uso exclusivamente da força, por mais que ele reconheça que ante um poder superior e violento a obediência se torna inevitável.

Seguindo o raciocínio, La Boétie aponta que não é possível tal dominação ou infortúnio, vez que, tendo sido imposta por esses meios, não se manteria por muito tempo. Ou seja, a força não é condição resistente o bastante para manter um poder tirânico. Para ratificar essa ideia mais uma vez o autor recorre ao artifício de procurar nos relatos de antigas civilizações elementos que corroborem sua tese. Ele encontra, dessa vez na história de Atenas, o fatídico episódio segundo o qual a cidade via-se subjugada ao comando de trinta tiranos. Para o autor, em semelhante situação “não é de se espantar que ela sirva, mas de se lamentar o acidente; ou melhor, nem espantar-se nem lamentar-se e sim carregar o mal pacientemente e reservar-se para melhor fortuna no futuro” (LA BOÉTIE, 1982, p. 12).

“Vício”, “infortúnio”, “mau encontro” ou “servidão voluntária” fazem com que inúmeras pessoas possam, nas palavras de La Boétie,

Não obedecer mas servir, não serem governadas, mas tiranizadas, não tendo nem bens, nem parentes, mulheres nem crianças, nem sua própria vida que lhes pertença; aturando os roubos, os deboches, as crueldades, não de um exército, de um campo bárbaro contra o qual seria preciso despende sangue e sua vida futura, mas de um só (LA BOÉTIE, 1982, p. 13).

Ao refletir sobre isso, um pouco mais adiante na mesma obra o autor questiona: “chamaremos isso de covardia? diremos que os que servem são covardes e moídos? É estranho, porém possível, que dois, três, quatro não se defenda de um; poder-se-á então dizer com razão que é falta de fibra” (LA BOÉTIE, 1982, p. 13). Por um lado, tem-se que o uso da violência, como apresentado acima, não pode validar a continuação de um sistema tirânico. Por outro, fraqueza ou covardia não são elementos que produzem a vontade de servir, uma vez que, como aponta Chauí (2014, p. 13), não são as suas fontes, mas “suas consequências”.

Assim, nesse momento da pesquisa vale destacar como mais uma vez La Boétie diverge dos seus coetâneos. Já no decorrer deste capítulo foram apresentados alguns momentos em que tais desencontros se tornaram evidentes. Em primeiro lugar, diverge-se de Hobbes no tocante à igualdade natural e à desigualdade: a primeira é para Hobbes o fundamento de uma vida em sociedade, e, para La Boétie, a desigualdade é instrumento de uma vivência fraterna, alicerçada na amizade. Em seguida, foi apresentado também que o termo “servidão voluntária” não é próprio de La Boétie e pode ser encontrado nos clássicos. No entanto, a interpretação e aplicação dadas pelo autor são próprias de sua construção autoral. Enfim, em terceiro

lugar, assenta-se, como asseverado por Chauí (2014), também o seu distanciamento em relação à clássica concepção cristã de servidão e sua relação com a liberdade, como já é delineado desde o título da obra.

A essa altura, uma vez mais o autor vai divergir de outro filósofo importante para a tradição relacionada à constituição da política na modernidade, a saber: do genebrino Jean Jacques Rousseau (1712-1778), um seu sucessor no desenvolvimento histórico da civilização ocidental. Em sua obra “Discurso sobre a origem da desigualdade”, publicada em 1755, Rousseau apresenta o que para ele seriam os alicerces que sustentaram as relações desiguais entre os homens. Para Rousseau, a desigualdade está relacionada de maneira particular com a questão da propriedade privada. A esse respeito, Marilena Chauí aponta que a questão suscitada por La Boétie se distingue da perspectiva do filósofo genebrino, dado que:

[...] o Discurso da servidão voluntária não indaga, como o Discurso sobre a origem da desigualdade, qual o desvirtuamento das relações inter-humanas quando a natural sociabilidade entre iguais é destruída pelo discurso do forte e o do rico que enganam os demais tão logo tenha surgido a posse privada da terra, com o primeiro terreno cercado e a afirmação “isto é meu”. A pergunta de La Boétie não se dirige ao problema da obediência aos fortes e ricos, nem aos governantes, pois estes, uma vez instalados, tornam a obediência irrecusável (CHAUÍ, 2014, p. 13).

Sendo assim, podemos nos questionar sobre qual é, então, a questão apresentada por La Boétie: qual o seu real objetivo ao conceber a obra? Sua intenção, ao que parece, direciona-se ao anseio de compreender como se originou no homem a vontade de servir, ou seja, o que pode ter acontecido antes da dominação ter se instalado e a servidão ser gerada, mas também sobre as condições de possibilidade para tal estado de coisas e os mecanismos disponíveis a quaisquer homens para que a situação de subjugação pudesse sessar. Ao menos parece ser esse o argumento aferido de suas próprias palavras:

Por hora gostaria apenas de entender como pode ser que tantos homens, tantos burgos, tantas cidades, tantas nações suportam às vezes um tirano só, que não tem o poder de prejudicá-los senão enquanto têm vontade de suportá-lo, que não poderiam fazer-lhes mal algum senão quando preferem tolerá-lo a contradizê-lo. Coisa extraordinária, por certo; e porém tão comum que se deve mais lastimar-se do que espantar-se ao ver um milhão de homens servir miseravelmente, com o pescoço sob o jugo, não obrigados por uma força maior, mas de algum modo (ao que parece) encantados e enfeitiçados apenas pelo nome de um, de quem não devem temer o poderio pois ele é só, nem amar as qualidades pois é desumano e feroz para com eles (LA BOÉTIE, 1982, p. 12).

Ao notar a inércia do povo frente a um poder tirânico, La Boétie compreende que existe aí a sua própria anuência para a servidão. Isso porque “é o povo que se sujeita, que se degola, que, tendo a escolha entre ser servo ou livre, abandona a franquia e aceita o jugo; que consente seu mal – melhor dizendo, persegue-o” (LA BOÉTIE, 1982, p. 14). De nossa parte, após analisar o paradoxo “formulado” por La Boétie, seguimos rumo ao terceiro momento deste capítulo, que terá como foco a figura do tirano. Buscar-se-á apresentar quais elementos, se houver, que possam justificar a sua ascensão.

### 1.3 A TAXONOMIA DO TIRANO

Com base em nossa proposta inicial, neste momento será apresentada a figura do tirano, conforme o tratamento dispensado ao tema por Étienne de La Boétie. Para tanto, algumas perguntas são necessárias, com o objetivo de aclarar sempre mais esse elemento centralizador da discussão, que, mesmo não sendo o foco da obra, não deixou de ser constantemente citado no corpo do “Discurso”. Assim, vale a pena levantar alguns questionamentos, como, por exemplo: Quem ou o que é esse ser intitulado de tirano? É possível encontrar nele algum aspecto físico ou intelectual que justifique seu *status* diferenciado dos demais? Qual ou quais as consequências oriundas do seu posto?

Logo nas primeiras páginas do “Discurso” La Boétie já menciona aquele a quem caberia o título de tirano. Trata-se, neste momento da obra, do que é descrito como um homem de “grande personagem” (LA BOÉTIE, 1982, p. 12) que, tendo encontrado as graças dos seus concidadãos, através da demonstração de suas capacidades de oferecer “previdência para protegê-los, grande audácia para defendê-los, grande cuidado para governá-los” (LA BOÉTIE, 1982, p. 12), foi “premiado” com um posto acima dos demais. O autor reconhece que agir dessa forma é fruto da natureza, ou seja, uma ação natural, pois “é razoável amar a virtude, estimar os belos feitos, reconhecer o bem de onde o recebemos, e muitas vezes diminuir nosso bem-estar para aumentar a honra e a vantagem daquele que se ama e que o merece” (LA BOÉTIE, 1982, p. 12). Mesmo que os cidadãos ajam dessa maneira, para o próprio agraciado com a posição, será extremamente difícil manter-se, pelo que o sofrimento também lhe será companhia constante. O autor chega a recomendar: “[...] não sei se



seria sábio tirá-lo de onde fazia o bem para colocá-lo num lugar onde poderá malfazer [...]” (LA BOÉTIE, 1982, p. 12).

Mais adiante, outro trecho da obra poderá ajudar a nortear as indagações acima formuladas. Após a tentativa de nomear o desejo presente no homem de a outros servir, o autor dirá que o tirano é um só. Ou seja, aqueles que se submetem a uma tirania não o fazem a um exército, aos bárbaros ou a alguém que carregue em si as características de grandes homens do passado, tais como Hércules ou, até mesmo, Sansão. Geralmente, não se dobrarão pela força, mas por livre vontade. A esse respeito o autor nos diz que, em relação ao mesmo, “não devem temer o poderio, pois ele é só, nem amar as qualidades pois é desumano e feroz para com ele” (LA BOÉTIE, 1982, p. 12). A propósito, vale evidenciar o ponto de convergência em que se encontra La Boétie em relação à tradição filosófica, em especial com Platão, quando apresenta essa característica do tirano de ser único. Nunes (2007, p. 133) assim diz:

Também é preciso registrar, a propósito, que a caracterização do tirano, no Discurso, em que pese incorporar influências de numerosas obras da Antiguidade, possui grande similaridade com a descrição efetuada por Platão nos livros oitavo e novo da República.

Não é incomum, portanto, ao procurar aquele que detém o poder, deparar-se com:

[...] um só homenzinho, no mais das vezes o covarde e feminino da nação, não acostumado à pólvora das batalhas mas com muito custo à areia dos torneios, incapaz de comandar os homens pela força mas acanhado para servir vilmente à menor mulherzinha (LA BOÉTIE, 1982, p. 12).

A esse respeito, vale ressaltar que o termo “feminino” utilizado pelo autor, no primeiro momento para caracterizar o tirano e, posteriormente, quando se refere à natureza dos servos, ou seja, aqueles que vivem sob um regime tirânico (chamando-os de “efemininados”), nada tem a ver com uma conotação pejorativa da natureza feminina, tal como se poderia logo intuir nos dias atuais. Deve ser visto, segundo o historiador Leandro Karnal, como uma referência a alguém “sem iniciativa e sem virilidade”<sup>3</sup>, guardadas as ressalvas que devem ser antepostas na relação entre o pensador sua época. Ao valer-se dessa expressão, La Boétie tem o desejo de mostrar

---

<sup>3</sup> KARNAL, Leandro. O medo a liberdade: dos ditadores à autoajuda. Youtube, 21 de maio de 2017, Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1L5VKwWheug>>. Acesso em: 31 de Maio de 2022.

que em, relação ao tirano, a submissão não é justificável. Já quando faz alusão aos homens que vivem sujeitos à tirania, o termo quer salientar o poder transformador que tem a tirania, ao ponto de mudar a fibra presente naqueles que lutaram por sua liberdade e que, doravante, aceitam viver em covardia e situação de domínio. Em outra passagem, La Boétie (1982, p. 16) diz que “aquele que vos domina tanto só tem dois olhos, só tem duas mãos, só tem um corpo, e não tem outra coisa que o que tem o menor homem do grande e infinito número de vossas cidades [...]”. O tirano é, dessa maneira, um cidadão comum, que não apresenta em si capacidades superiores aos demais, sejam elas físicas ou intelectuais. O que torna cada vez mais horrenda a sua tirania, e o contraste que isso implica na relação entre deliberação da vontade e servidão.

Ademais, sendo um homem comum nos aspectos acima mencionados, o mesmo também não compactua com a possibilidade de seus súditos obterem conhecimentos como aqueles obtidos junto aos livros e às diversas doutrinas, já que, segundo La Boétie, tais meios seriam capazes de dar, aos homens sujeitos à servidão, ferramentas de conhecimento necessárias para perceberem o quão nefasto é o regime a que estão submetidos. Assim apresenta o autor a questão: “[...] o grão-turco percebeu bem isso: que os livros e a doutrina dão aos homens, mais que qualquer outra coisa, o sentido e o entendimento para reconhecerem e odiar a tirania; averiguo que em suas terras eles não tem sábios nem o quer” (LA BOÉTIE, 1982, p. 24).

Como consequência de se manter um sistema autoritário, que fere a natureza do homem e que a muda, percebe-se que o tirano não tem amigos, pessoas com as quais possa tecer uma relação isonômica. Mantém-se, em contexto de tirania, uma relação assimétrica, de desigualdade absoluta, e que apenas pode ser superada diante da retomada e da manutenção da igualdade fundamental a todos os seres humanos; igualdade, aliás, que, somada à liberdade de cada qual, garantiu a origem do estado. Caso haja alguém acima dos outros, todos “são obrigados a temer a todos” (LA BOÉTIE, 1982, p. 26). E, mais adiante, “que amizade se pode esperar daquele que tem mesmo o coração tão duro para odiar seu reino, o qual só faz obedecê-lo, e que ainda por se saber incapaz de amar empobrece a si mesmo e destrói seu império?” (LA BOÉTIE, 1982, p. 36).

Esse é o preço com o qual os tiranos têm que arcar se quiserem manter seu poder: a sempre presente possibilidade de reação, de rebelião ou de outras formas de retaliação que podem lhe custar a vida. Em geral, porém, quando isso ocorre, outro

tirano alça-se ao poder, num ciclo sucessivo de submissão e tirania contra o povo, pois aqueles que o retiraram do poder o fazem não com desejo de “eliminar [a *tiranía*] mas mudar a coroa, que pretendiam banir o tirano e reter a tirania” (LA BOÉTIE, 1982, p. 25 – grifo nosso).

Dessa forma, percebe-se que o tirano pode adquirir diversas formas, desde a de um homem dotado de capacidades especiais, seja através de elementos psíquicos, como também físicos que lhe garantam a hegemonia sobre os demais, como do seu inverso, de um ser frágil e débil, pelo qual não se justifique sua ascensão ao poder. Os tiranos, em geral, são pessoas que têm aversão aos livros e às doutrinas, pois sabem de seu poder transformador e esclarecedor das realidades que os rodeiam. São, assim, solitários e incapazes de manter uma relação de amizade e de igualdade para com os seus súditos, vez que na tirania existe “frequentemente lugar à ironia da contradição: o tirano deve guardar-se de todos aqueles que desejam lhe guardar, ariscando-se permanentemente a ser assassinado pelos ‘mais favoritos’” (NUNES, 2007, p. 133).

Tendo sido exposto tais conceitos e elementos caros ao filósofo, desde a sua concepção antropológica, o terrível paradoxo e a figura emblemática do tirano, partiremos agora para o segundo capítulo desta pesquisa. Como consequência de uma elevação sobre os demais, que na obra se dará por três formas, o autor apresentará os mecanismos impetrados pelo desejo de manutenção do sistema opressor. Sendo que, dos mais recorrentes, um chamará a atenção de La Boétie, a saber: atuação ativa dos servos no intuito de manterem o sistema que lhes oprime. Eis, pois, completamente exposto o paradoxo da “servidão voluntária”.

## 2 SOBRE A ORIGEM E A MANUTENÇÃO DE UM SISTEMA TIRÂNICO

*[...] E seria estranho que um homem vivesse melhor com dois olhos e dois ouvidos para julgar, dois pés e duas mãos para agir do que muitos homens com muitos órgãos, pois hoje também os reis dão a si mesmos muitos olhos, ouvidos, mãos e pés: não associam ao governo aqueles que são amigos de seu poder e de sua pessoa?*  
Aristóteles

Após termos exposto no primeiro capítulo alguns dos conceitos caros ao jovem filósofo La Boétie, partiremos, neste segundo momento da pesquisa, para a descrição de elementos fulcrais na construção e perpetuação de um sistema tirânico. Assim, logo em seu primeiro tópico, abordaremos a respeito das três formas de elevação à função de tirano, a saber: por meio de eleição do povo, mediante o uso da força das armas e, como terceira maneira, através da sucessão de raça - essa última em estreita relação com as duas primeiras. Um poder opressor, entretanto, não pode se manter por muito tempo sem que haja componentes que o sustentem, dessa forma, no segundo tópico do presente capítulo merece destaque a noção de “costume”, bem como o uso da religiosidade como formas de se manter uma hegemonia. Enfim, causará espanto em La Boétie o fato de que a par de todos os mecanismos mencionados, a principal chave de interpretação da dominação é o que nomeou como “cascata de domínio”, último e principal elemento usado na manutenção do tirano. Com a descrição do que vem a ser essa importante estratégia política, encerraremos as intenções desse momento de nossa investigação.

### 2.1 DAS FORMAS DE ASCENSÃO AO GOVERNO

No início de sua obra, após ter exposto e comentado a epígrafe Homérica, La Boétie posiciona-se de maneira contrária ao pensamento de Ulisses<sup>4</sup>. Apresenta, para isso, sua recusa ao entrar na questão emblemática referente à possibilidade de uma forma de governo ser superior a outra, ou seja, não é sua intenção debater essa questão. Discorre o autor:

---

<sup>4</sup> Conferir no primeiro capítulo, o tópico 1.2, intitulado “o paradoxo laboceano: a servidão voluntária”, no qual apontamos tal controvérsia e como La Boétie buscou compreender a fala do rei Ulisses.

[...] por hora não quero debater essa questão tão tormentosa – se as outras formas de república são melhores do que a monarquia – gostaria ainda de saber, antes de pôr em dúvida a posição que a monarquia deve ter entre as repúblicas, se ela deve ter alguma, pois é difícil acreditar que haja algo público nesse governo onde tudo é de um (LA BOÉTIE, 1982, p. 11-12).

E continua, a explicar seu pensamento, apontando na direção de que a questão merece um tratado exclusivo, uma vez que demandaria disputas políticas. Assim se expressa: “mas tal questão está reservada para outro tempo e exigiria um tratado à parte, ou melhor, acarretaria por si mesma todas as disputas políticas” (LA BOÉTIE, 1982, p. 12). Nunes (2007, p. 156) vê na recusa de La Boétie em debruçar-se sobre o tema o desejo de “[...] deixar estabelecido que [...] o problema que se coloca não é aquele da quantidade dos que mandam, mas o fato mesmo de existir a relação de mando e obediência”. Eis o ponto nevrálgico ao redor do qual pretendemos dispor nossa argumentação, que a princípio pretende acompanhar o natural desenvolvimento dos conceitos pelo filósofo, para, então, também contribuir com nossa parcela de análise crítica.

Ainda que o autor tenha se eximido de entrar na questão da democracia, das diferentes formas de poder ou exercício da política, não foi possível deixar intocados os movimentos por meio dos quais os tiranos chegam ao poder. Assim, o autor apresentou as maneiras pelas quais é possível alcançar o governo através da seguinte síntese: “há três tipos de tiranos: uns obtêm o reino por eleição do povo; outros pela força das armas; outros por sucessão de sua raça” (LA BOÉTIE, 1982, p. 19). A partir dessa citação começaremos a analisar as formas supracitadas, salientando o que para nós constitui suas particularidades.

### **2.1.1 A aclamação popular: o poder do carisma**

A primeira forma pela qual os tiranos podem alcançar o poder é através da eleição por parte do povo, ou seja, de seus compatriotas. Tal processo de escolha está intrinsecamente ligado às características próprias do tirano, isto é, leva em consideração a capacidade que uma pessoa dispõe, seja por atributos físicos ou intelectuais, de oferecer proteção nos momentos de afronta à sua soberania. Sendo assim, vemos que tal modalidade de ascensão ao poder parte de uma análise previamente feita por seus pares, ou seja, concidadãos, que outorgam a quem demonstrou tais capacidades o referido privilégio. Vale ressaltar, além disso, que aqui

nos referimos às características já realçadas pelo capítulo anterior quanto à taxonomia do tirano. Vejamos o que diz o autor a respeito dessas pessoas e da forma de elevação ao cargo máximo:

[...] é razoável amar a virtude, estimar os belos feitos, reconhecer o bem de onde o recebemos, e muitas vezes diminuir nosso bem-estar para aumentar a honra e a vantagem daquele que se ama e que o merece. Em consequência, se os habitantes de um país encontraram algum grande personagem que lhes tenha dado provas de grande previdência para protegê-los, grande audácia para defendê-los, grande cuidado para governá-los, se doravante cativam-se em obedecê-los e se fiam tanto nisso ao ponto de lhe dar algumas vantagens, não sei se seria sábio tirá-lo de onde poderá malfazer; mas certamente não poderia deixar de haver alguma bondade em não temer o mal de quem só se recebeu o bem (LA BOÉTIE, 1982, p. 12).

La Boétie aponta que se fôssemos seguir a lógica natural, deveríamos inferir que aquele que chegou ao poder por beneplácito popular, tendo em vista o fator da proximidade e confiança depositada pelo povo, seria mais benevolente na administração do que aqueles que chegaram através da força ou por sucessão. Entretanto, aponta o autor que isso não ocorre, uma vez que:

[...] assim que se vê elevado acima dos outros, lisonjeado com um não sei quê que chamam de grandeza, decide não sair mais – comumente ele age para passar a seus filhos o poderio que o povo lhe outorgou; e desde que adotaram essa opinião, é estranho como superam os outros tiranos em vícios de todo tipo e até crueldade (LA BOÉTIE, 1982, p. 19).

Para consolidar esse entendimento, o filósofo usa o exemplo da cidade de Siracusa, na costa jônica da Sicília, e a forma como os seus cidadãos padeceram por terem caído no erro de elevar um deles ao cargo de capitão de seu exército. Assim La Boétie apresenta o fatídico infortúnio que sobreveio à referida cidade após o fim da guerra:

[...] na iminência de guerra, reparando irrefletidamente apenas no perigo presente, elevou o tirano Dionísio Primeiro e encarregou-o de conduzir o exército; e não atinou que o havia engrandecido tanto que quando esse voltou vitorioso, fez-se de capitão rei, e de rei tirano, como se não tivesse vencido seus inimigos, mas seus cidadãos (LA BOÉTIE, 1982, p. 20).

A título de exemplo a seus leitores e com o desejo de ratificar o bem natural que é a liberdade, La Boétie externaliza sua indignação frente a um povo que, sendo livre, fez a opção de servir a outrem: os israelitas. Segundo o autor tal escolha se deu

“sem coerção e nenhuma precisão [...] povo cuja história nunca leio sem enorme indignação” (LA BOÉTIE, 1982, p. 20).

Expomos, portanto, a primeira forma de ascensão ao terrível posto de tirano presente na obra em estudo. Mais adiante, quando formos analisar as estruturas responsáveis por manter o sistema opressor, retornaremos a essa forma de ascensão para mostrar como as pessoas que chegaram ao poder por seu intermédio arquitetam a obediência de seus súditos e de, de outra parte, como esses lidam com sua sujeição.

### **2.1.2 A força das armas: o poder da violência**

Figura no “Discurso” outro artifício utilizado na escalada ao poder. Esse não mais mediante a eleição, ou seja, a ação livre dos cidadãos de escolherem seu algoz. A segunda forma de se chegar ao cargo de tirano reserva-se àqueles que necessitam valer-se da sua força bélica para subjugar outra nação, outros povos a seu comando; nas palavras de La Boétie (1982): “[...] pela força das armas”.

Como é característico em toda a obra, La Boétie apresenta um exemplo que nos ajuda a compreender a questão. Dessa vez, recorre ao episódio no qual vemos as eminentes cidades gregas de Esparta e Atenas serem assoladas por forças acima de suas capacidades militares; forças ante as quais não podia impor-se. Isso é o que se evidencia no seguinte fragmento, com ênfase para a situação de cativo em que muitas daquelas comunidades se viam mantidas: “Forçados pelas armas estrangeiras, como Esparta ou Atenas pelas forças de Alexandre; ou pelas facções, como havia se tornado a Senhoria de Atenas nas mãos de Pisístrato” (LA BOÉTIE, 1982, p. 20). A segunda forma de ascensão ao poder tirânico, então, é a “força das armas”, a violência explícita.

### **2.1.3 A sucessão de raça: o poder da tradição**

Como consequência direta das duas formas já apresentadas, temos, pois, a terceira forma de se alcançar a posição de tirano, dessa vez mediante a “sucessão de sua raça” (LA BOÉTIE, 1982, p. 19). Ou seja, os que alcançam por este caminho o poder são herdeiros daqueles que chegaram ao poder, seja por meio de eleição ou por intermédio das armas. Eis porque falarmos de sucessão em relação às duas

modalidades anteriores. Sobre esses o autor considera que, no trato com o povo, não são mais benevolentes que os demais:

Comumente os que nascem reis não são melhores, pois tendo nascido e sido criados no seio da tirania sugam a natureza do tirano como o leite, e agem com os povos a eles submetidos como com seus servos hereditários; e segundo a compleição a que estão mais inclinados, são avaros ou pródigos, tratando o reino como à sua herança (LA BOÉTIE, 1982, p. 19).

Para além dessa formação recebida por parte dos herdeiros do sistema opressor, levando em consideração a forma como foram educados, ou seja, o ensino feito com o intuito de substituir seus genitores ou antecessores, descobrimos outro elemento que, somado ao já exposto, levou o autor a crer que também os herdeiros de algum domínio não podem tratar os seus súditos de uma forma melhor que esses já eram tratados<sup>5</sup>. Pior ainda, já que, como assinala o filósofo, “não há herdeiro tão pródigo e despreocupado que às vezes não corra os olhos nos registros de seu pai para ver se goza de todos os direitos de sua herança ou se não o usurparam ou a seu predecessor” (LA BOÉTIE, 1982, p. 21).

Por isso, das supracitadas formas de se chegar ao poder e da maneira como cada um orquestra os seus subordinados, La Boétie conclui o seguinte:

[...] para dizer a verdade, vejo que existe entre eles alguma diferença; mas escolha nenhuma vejo; pois se diversos são os meios de aos reinados chegar, quase sempre semelhante é a maneira de reinar. Os eleitos os tratam como se tivessem pegado touros para domar; os conquistadores os consideram presa sua; os sucessores pensam tratá-los como seus escravos naturais (LA BOÉTIE, 1982, p. 19).

---

<sup>5</sup> Torna-se válido salientar para a semelhança disposta no texto do sociólogo alemão Maximilian Karl Emil Weber (1920), intitulado “Os três tipos puros de dominação legítima”, com as formas de lograr o poder outrora apresentadas pelo humanista francês Etienne de La Boétie. Salvaguardando, é claro, as devidas vênias. O Sociólogo apresenta que o primeiro tipo de dominação legítima é “aquele que se exerce por meio de um quadro administrativo burocrático” (WEBER, 2015, p. 144), tal mecanismo disposto, pode se assemelhar ao tipo de dominação mediante a força, segunda forma de chegar ao poder exposto por La Boétie. O fato de não exercer força militar não invalida o mecanismo, uma vez que, a força coercitiva habita nos mecanismos burocráticos, ou seja, pela força da lei, dessa forma é possível chegar ao poder. O segundo tipo é a “Dominação tradicional quando sua legitimidade repousa na crença na santidade de ordens e poderes senhoriais tradicionais (existentes desde sempre)” (WEBER, 2015, p. 148). Esse, por sua vez, equiparar-se ao que La Boétie apontou como sendo o terceiro modo de dominar seus pares, a força da tradição, o “sempre foi assim”, figura nas referidas obras como meios de dominação. Por fim, contudo, não menos importante, o que o autor do “Discurso” aponta como primeira maneira de chegar ao poder, ou seja, a aclamação popular. O sociólogo Max Weber denominou “carisma”, ou seja, “uma qualidade pessoal considerada extracotidiana” (WEBER, 2015, p. 158). Desta feita, apontamos aquilo que saltou aos olhos ao lermos as referidas obras, que apesar de distante no campo temporal, apresentam em si aspectos semelhantes e vigorosos para pensar nossa realidade.



Após termos delineado esse primeiro momento do segundo capítulo, ou seja, uma exposição sumária das formas pelas quais os tiranos chegam ao poder, iremos nos embrenhar nos mecanismos empregados pelos mesmos com o intuito de se manterem como líderes supremos das nações adquiridas. Passemos, pois ao segundo tópico deste capítulo.

## 2.2 DOS MECANISMOS EMPREGADOS NA MANUTENÇÃO DA TIRANIA

Uma vez instalado o poder opressor por parte dos tiranos, a ponto das pessoas perderem o dom natural que lhes é inerente, isto é, a liberdade, faz-se necessário que tais agressores valham-se de mecanismos que garantam sua perpetuação no poder. Nesse sentido, podemos dizer que proveniente de cada uma das formas de se alcançar o cargo supremo, como exposto no tópico anterior, decorrem meios para sua manutenção e posteridade, quiçá para limites além da vida individual do soberano, como no caso das sucessões hereditárias. Conforme Cecília Vieira (2008, p. 10), “para o autor, a constituição da tirania influenciará a maneira não só como os sujeitos lidarão com sua vida servil, mas também a forma com que os governos se organizarão para engendrar a obediência a seu povo”. As estratégias mais comuns para tal intento ocuparam a reflexão de La Boétie em seu panfleto. Eis o que passamos a explorar.

### 2.2.1 A força do costume

O costume apresenta-se na obra como sendo o primeiro meio, ou melhor, a primeira engrenagem utilizada pelos tiranos que buscam perpetuar-se no poder. Nas palavras do autor: “a primeira razão da servidão voluntária é o costume” (LA BOÉTIE, 1982, p. 24). Tal mecanismo é revestido de uma capacidade de transformação, seja dos homens como também dos animais. La Boétie alude, em relação a esses últimos, o exemplo dos cavalos. Deixemos o autor falar: “[...] cevamos o cavalo desde que nasce para acostumá-lo a servir” (LA BOÉTIE, 1982, p. 18); e mais adiante: “[...] no início mordem o freio e depois descuram; e onde outrora escoiceavam contra a sela, agora se ostentam nos arreios e soberbos pavoneiam-se sob a barda” (LA BOÉTIE, 1982, p. 20).

Semelhante situação ocorre com os inúmeros animais criados em ambientes que não lhes são naturais, como por exemplo, os elefantes em ambiente circense.

Logo que nascem, são presos por grossas cordas e amarrados a estacas fincadas ao chão, de modo que mesmo que resistam e se rebelem por diversas vezes e por muito tempo, não conseguirão alcançar a liberdade. Este processo é repetido inúmeras vezes. Por fim, tendo o animal alcançado o seu porte maduro, e tendo força suficiente para arrancar não somente a estaca, como romper com as cordas e correntes que o prendem, assim não faz, permanecendo cativo.

A referida recusa em buscar a liberdade não reside na falta de capacidade de se obter êxito contra as cordas e a estaca, mas pelo fato de ter se acostumado à corda e, mais que isso, a pensar que não é capaz de alcançar a meta de seu anseio em tenra idade. Através desse exemplo, visualizamos o que La Boétie considerou como sendo o desejo do soberano de dominar não somente a “liberdade de fazer, de falar, e quase de pensar”, mas o intento de fazer com que aqueles indivíduos se tornassem “singulares em suas fantasias” (LA BOÉTIE, 1982, p. 24).

O costume, como apresenta o filósofo, também manifesta nos homens o seu poder metamórfico. Com a dominação proveniente de uma ação bélica, tem-se que o povo cai no esquecimento de seu estado natural, passando de uma obediência que, a princípio, ocorria por imposição e medo à servidão voluntária. Assim La Boétie apresenta essa questão:

É incrível como o povo, quando se sujeita, de repente cai no esquecimento da franquia tanto e tão profundamente que não é possível acordar para recobrá-la, servindo tão francamente e de tão bom grado que ao considerá-lo dir-se-ia que não perdeu a liberdade e sim ganhou a servidão. É verdade que no início serve-se obrigados e vencidos pela força; mas os que vêm depois servem sem pensar e fazem de bom grado o que seu antecessor havia feito por imposição (LA BOÉTIE, 1982, p. 20).

Outra passagem se faz relevante a respeito da compreensão do poder que tem o costume nos homens. Acompanhemos o que diz o filósofo:

Mas o costume, que por certo tem em todas as coisas um grande poder sobre nós, não possui em lugar nenhuma virtude tão grande quanto a seguinte: ensinar-nos a servir – e como se diz de Mitridates que se habitou a tomar veneno – para que aprendamos a engolir e não achar amarga a peçonha da servidão (LA BOÉTIE, 1982, p. 20).

Como consequência ou em decorrência desse tipo de elevação acima dos demais, ou seja, a força das armas, temos que “sob os tiranos as pessoas facilmente

se tornam covardes e efeminados<sup>6</sup>” (LA BOÉTIE, 1982, p. 25); e, mais adiante: “ora, é certo, portanto, que com a liberdade se perde de uma só vez a valentia” (LA BOÉTIE, 1982, p. 26). Sendo assim, esses que agora vivem à mercê do novo sistema, são novas pessoas, desprovidas de toda a fibra e vivacidade, ou, nas palavras do autor:

Não tem júbilo nem furor no combate: parte para o perigo quase como que amarrado, toda por demais embotado, e não sente ferver em seu coração o ardor da liberdade que faz desprezar o perigo e dá vontade de ganhar a honra e a glória numa bela morte entre seus companheiros [...] Disso muito bem sabem os tiranos, e ao vê-la tomando essa feição, ainda o ajudam para que afrouxe mais (LA BOÉTIE, 1982, p. 26).

La Boétie, no entanto, demonstra compreender e até ter “piedade” daqueles que já nasceram sob um poder tirânico. Esses, que nunca saborearam a doçura que tem a vida quando experienciada sob um regime de liberdade, mas somente sentiram o desgosto da servidão, são, em sua visão, os que mais padecem. Padecem uma culpa que não possuem completamente, pois não a forjaram, ainda que a mantenham como norma em sua vida. Apenas por isso devem ser “[...] desculpados, que sejam perdoados, pois não tendo visto a liberdade sequer a sombra e dela não estando avisado, não percebem que ser escravo lhes é mal” (LA BOÉTIE, 1982, p. 23). Mas isso não é tudo. A tirania é um mal que diversas sociedades insistem em manter também por interesse. O que estaria à altura da liberdade?

### **2.2.2 A política do “pão e circo”**

Engana-se quem, porventura, pense que somente através da força e, posteriormente, do costume adquirido pelos povos sujeitos ao tirano, consegue-se legitimar e manter a tirania. La Boétie aponta outro elemento que figura rodeado de uma capacidade amortizadora do desejo por liberdade nos homens, a saber: a política do “pão e circo”.

Para o filósofo, tal artimanha configura-se como sendo antiga no campo da política e elemento de perpetuação da dominação. Isso de modo que é sempre possível encontrar no trato dispensado pelos imperadores romanos aos seus súditos tal mecanismo. Note-se que “os tiranos romanos descobriram ainda um outro ponto:

---

<sup>6</sup> Com relação ao termo “efeminação” utilizada pelo autor, recorrer a explicação já posta no capítulo anterior.

dar festas frequentes para as decúrias públicas, abusando como podiam dessa canalha que, mais que qualquer outra coisa, não resiste ao prazer da boca” (LA BOÉTIE, 1982, p. 27).

Outro exemplo apresentado pelo autor nos conduz à cidade de Sardes, na Lídia. Uma vez tendo chegado a ser dominada pelo rei Ciro e em uma busca por recobrar sua liberdade, Sardes foi palco de uma manobra política que dispensava engajamento militar ou artifícios violentos. Assim La Boétie descreveu a estratégia do tirano de então:

[...] não queria saquear a cidade [...] nem inquietar-se sempre com o mantimento de um exército para guardá-la, descobriu um grande expediente para apoderar-se dela: ali estabeleceu bordéis, tavernas e jogos públicos, e proclamou uma ordenação que os habitantes tiveram que acatar. Ficou tão satisfeito com tal guarnição que desde então nunca mais foi preciso puxar da espada contra o Lídios (LA BOÉTIE, 1982, p. 27).

Por conseguinte, sem demandar esforços e gastos excessivos com uma campanha militar contra a cidade, o rei conseguiu alcançar seu objetivo e o povo da Lídia não mais se levantou contra o rei que lhes impôs a servidão. Tal experiência, para além de ter alcançado êxito, foi capaz de cunhar o termo “Ludi”, pois segundo La Boétie: “[...] os Latinos tiraram daí sua palavra, e o que chamamos passatempo eles chamam *Ludi*, como se quisessem dizer *Lidi*” (LA BOÉTIE, 1982, p. 27 – grifos do autor). Desta feita, a palavra “Lidi” faz referência a cidade da Lídia, na qual se tornou etimologicamente o fundamento da palavra lúdico, nas palavras de La Boétie “Ludi”. Portanto, carrega a mesma o sentido de ser atividade orquestrada com o intuito de entretenimento, brincadeira, recreação, ou seja, ocupação lúdica.

### **2.2.3 A apropriação da religião**

Enfim, um terceiro componente é adicionado ao jogo político com o claro desejo de conservação do poder, isto é, a religião. Essa é posta por aqueles que comandam os povos com o desejo de mascarar suas ações fraudulentas e exploradoras, envolvendo, assim, seu governo “numa auréola de boas intenções, de belas palavras decoradas, tais como fazer para o ‘bem público’ e o ‘bem-estar de todos’” (TONETI, 2009, p. 176).

La Boétie bem observou tal mecanismo em inúmeras culturas e em tempos diversos. Contudo, vale ressaltar que não importa o período, uma vez que as intenções de tais homens sempre foram as mesmas. Logo, o autor apresentou o mecanismo utilizado pelos imperadores romanos, mas que bem poderia ser descrito numa série de outros exemplos históricos:

Os imperadores romanos também não se esqueceram o seguinte: de comumente tomar o título de Tribuno do povo<sup>7</sup>, tanto porque esse ofício era considerado santo e sagrado como porque era estabelecido para a defesa e proteção do povo. E por meio dos favores desse ofício asseguravam-se de que o povo confiaria mais neles, como se dele devessem ouvir o nome e não, ao contrário, sentir os efeitos (LA BOÉTIE, 1982, p. 28).

Em companhia dos romanos, o autor também cita os reis da Assíria e da Média, que, como forma de manipular a visão que seu público tinha a seu respeito, só “apresentavam-se em público o mais tarde que podiam” (LA BOÉTIE, 1982, p. 29). Segundo La Boétie tal artimanha fazia com que seus súditos comesçassem a duvidar de sua origem humana, passando a criar devaneios. Dessa forma, temos que o ar misterioso provocado por esse artifício torna-se capaz de modificar a compreensão a respeito do soberano, o que, segundo Toneti (2009), fazia com que o povo os visse de uma maneira mais fascinante e se entregasse à servidão com mais boa vontade. Trata-se da tentativa de sacralização do soberano, em relação ao qual se pode obter o contato com o sobrenatural ou divino.

De igual modo procederam os reis do Egito, considerados materialização das divindades entre o povo. Eles apropriaram-se, segundo La Boétie, da crença popular segundo a qual atribuía aos gatos uma origem divina e, portanto, seres com capacidades mágicas, para disso tomar vantagens na manipulação dos seus concidadãos. Assim o autor relata o fato:

---

<sup>7</sup> Com relação a esse título conferido pelos imperadores romanos, vale conferir a monografia da discente do curso de direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Priscilla Moura Del Cima de Alvarenga Menezes, escrita no ano de 2012. Assim a graduanda expôs de forma sucinta a questão: “segundo razoável consenso na doutrina, o tribunado se originou no início do quinto século, num ápice do conflito entre a elite patriciana e a *plebs*. Seus poderes essencialmente negativos confirmam o caráter de defesa de plebeus – tanto individualmente como enquanto coletividade – no instituto. Nos séculos seguintes, as graduais vitórias da plebe, que em sua maioria conferiram direitos à elite plebeia e pouco ajudaram os menos favorecidos, assimilaram o tribunado à ordem constitucional romana, conferindo-lhe a função de legislador, sem lhe retirar por inteiro o *status* de representante do povo por excelência; o tribuno e seus poderes de *provocatio* e *intercessio* eram o mecanismo de controle mais relevante face à autoridade de magistrados e Senado (MENEZES, 2012, p. 7).

Os primeiros reis do Egito só se mostravam, portanto, ora um gato, ora um ramo, ora fogo sobre a cabeça, e desse modo mascaravam-se e fingiam-se de mágicos. E assim, pela estranheza da coisa, suscitavam em seus súditos alguma reverência e admiração (LA BOÉTIE, 1982, p. 29).

Contudo, testemunhará La Boétie, nem sempre os tiranos foram ativos na elaboração de tais engrenagens. O “populacho”, segundo o autor, tem grande papel na elaboração de semelhantes narrativas. É o que ele aponta no trecho a seguir: “O próprio povo tolo sempre faz as mentiras para depois acreditar nelas; muita gente assim escreveu, mas salta aos olhos que reuniu isso a partir de rumores de cidade e do falatório da população” (LA BOÉTIE, 1982, p. 29).

Já que, segundo o autor, é “estranho [aos tiranos] que os homens pudessem suportar um homem fazendo-lhe mal” eis, pois, o motivo pelo qual “queriam muito pôr a religião na frente, como anteparo, e se possível, tomar emprestado alguma amostra da divindade para o mantimento de sua miserável vida” (LA BOÉTIE, 1982, p. 29-30). A religião é, em suma, um importante mecanismo de perpetuação de poder, testado e aprovado pelos mais diferentes contextos e atores da história, pelo que mereceu a atenção de nosso autor em sua consideração.

Enfim, tendo percorrido os caminhos pelos quais os tiranos alcançam e se perpetuam no comando, partiremos agora para o último e mais importante meio pelos quais os mandatários conseguem manter-se no poder, qual seja, a relação tirano e tiranetes. Pela sua excepcionalidade no horizonte da argumentação do filósofo, dedicaremos a esse tema uma subseção de nosso capítulo, como demonstrado a seguir.

### 2.3 AS CASCATAS DE DOMINAÇÃO

Equivocam-se aqueles que pensam terem encontrado a justificativa ou a chave do processo de perpetuação do sistema tirânico nas formas de manutenção acima mencionadas. Sem dúvida elas são, em grande medida, responsáveis pela conservação do déspota, mas não constituem a força de base para a sua permanência. Uma vez que são voltadas para o entretenimento, ou melhor, são acionadas com o intuito de driblar a atenção dos súditos, noutras palavras, de ludibriar o “populacho”, devem ser consideradas como parcialmente efetivas, e carentes de um mecanismo agregador e eficaz, levando à seguinte constatação: “O que eu disse até

aqui quanto ao que ensina a gente a servir mais voluntariamente só serve então aos tiranos para o povo miúdo e grosseiro” (LA BOÉTIE, 1982, p. 31). Mas e quanto aos povos em que a razão superabundou?

Com base nessa questão podemos vislumbrar no “Discurso” que o desejo pela servidão voluntária pode ser dividido em duas categorias, a saber: a forma presente na massa e a que se encontra na classe dominante. Nas palavras de Marilena Chauí (2014, p. 14), a partir desse ponto “a imagem da sociedade unificada enquanto tiranizada/tirânica ressurgiu dividida internamente: os grandes e o povo”.

Mais adiante no mesmo texto a autora apresenta os elementos que configuram cada uma das formas citadas, pelo que podemos apontar, à guisa de uma elaboração sintética:

[...] os grandes e o povo desejam servir, mas o sentido de sua servidão não é de mesma qualidade. O povo é ludibriado por seu próprio desejo servil, as artimanhas religiosas e os ardis legais sendo mobilizados para produzir ilusões e só tardiamente o povo reconhece que aceitou servir porque imaginava ser servido e, consciente de sua fraqueza, faz o que lhe ordenam e prefere deixar o tirano ali onde possa talvez fazer algum bem do que desalojá-lo colocando-o onde sempre poderá malfazer (CHAUÍ, 2014, p. 14).

Em paralelo ao desejo servil, sempre presente no povo, tem-se o desejo da classe dominante. Essa, por sua vez, fundamenta sua vontade em servir na ânsia por obter riquezas à custa do sistema opressor. Para tal, passa a integrar a máquina tirânica para conseguir seus fins, doando seus corpos e suas vidas. Assim La Boétie descreveu o desejo daqueles que buscam favores e riquezas por intermédio do tirano: “[...] eles querem servir para ter bens, como se não pudessem gerar nada que fosse deles, pois não podem dizer de si que sejam de si mesmos” (LA BOÉTIE, 1982, p. 31). E mais adiante na mesma página: “[...] reúnem-se à sua volta e o apoiam para participarem da presa e serem eles mesmos tiranetes sob o grande tirano” (LA BOÉTIE, 1982, p. 31).

A partir dessa doação livre por parte daqueles que desejam integrar a pirâmide de dominação, o tirano adquire, nas palavras de Chauí (2014, p. 13), um “corpo gigantesco”, que chega a espantar aqueles que o observam. É o que La Boétie exprimiu logo no início do discurso, no trecho que ora trazemos em epígrafe:

De onde tirou tantos olhos com os quais vos espia, se não os colocais a serviço dele? Como tem tantas mãos para golpear-vos, se não as toma de vós? Os pés com que espezinham as vossas cidades, de onde lhe vêm senão

de vós? Como ele tem grande poder sobre vós, senão por vós? Como ousaria atacar-vos se não estivesse conivente convosco? Que poderia fazer-vos se não fôsseis receptadores do ladrão que vos pilha, cúmplices do assassino que vos mata, e traidores de vós mesmos? [...] criai vossos filhos para que ele faça com eles o melhor que puder, leve-os em suas guerras, conduza-os à carnificina, *torne-os ministros de suas cobiças e executores de suas vinganças* [...] *Ficais mais fracos para torná-lo mais forte e rígido mantendo mais curta a rédea* (LA BOÉTIE, 1982, p. 16 - grifo nosso).

Tendo o tirano adquirido tal dispositivo, ele passa a ser “a força e o segredo de dominação, o apoio e fundamento da tirania” (LA BOÉTIE, 1982, p. 31). Ocorre que, segundo o filósofo, tal mecanismo principia originariamente com um pequeno grupo, ou melhor, nas palavras de Lefort (1982), a “corte do tirano”. Sobre isso, vale a pena realçar:

São sempre quatro ou cinco que mantêm o tirano: quatro ou cinco que conservam o país inteiro em servidão. Sempre foi assim: cinco ou seis obtiveram o ouvido do tirano e por si mesmos dele se aproximaram; ou então por ele foram chamados para serem cúmplices de suas crueldades, os companheiros de seus prazeres, os proxenetas de suas volúpias, e sócios dos bens de suas pilhagens (LA BOÉTIE, 1982, p. 31).

Tal número não seria suficiente para se manter “tantos homens, tantos burgos, tantas cidades, tantas nações” (LA BOÉTIE, 2014, p. 12) sob o domínio do tirano. Entretanto, a esses poucos se juntam mais, numa verdadeira cadeia de tirania, encadeados uns aos outros, ao mesmo tempo servos e senhores, numa extensão que, em vista da conquista de pequenos privilégios, perde-se o alcance:

Esses seis têm seiscentos que crescem debaixo deles e fazem de seus seiscentos o que os seis fazem ao tirano. Esses seiscentos conservam debaixo deles seis mil, cuja posição elevaram; aos quais fazem dar o governo das províncias ou o manejo dos dinheiros para que tenham na mão sua avaréza e crueldade e que as exerçam no momento oportuno (LA BOÉTIE, 1982, p. 32).

Temos, então, a imagem de um sistema piramidal, em que o tirano assenta-se no topo da cadeia de poder e abaixo dele vai germinando e se constituindo novos tiranetes. Tal relação pode ser melhor exemplificada tendo em mente a imagem de uma pirâmide composta de taças e, por isso, de uma cascata. Na primeira taça, que representa o tirano, é derramado o líquido que preencherá as camadas subsequentes, relativas aos tiranetes, até a base (os camponeses). Trata-se da referência utilizada pelo filósofo em sua descrição, que pode ser delineada desde diferentes enfoques, como o que segue:



Grande é o séquito que vem depois e quem quiser divertir-se esvaziando essa rede não verá os seis mil, mas os cem mil, os milhões que por essa corda agarram-se ao tirano e servindo-se dela como Júpiter em Homero, que se gaba de trazer a si todos os deuses ao puxar a corrente [...] Em suma: que se chegue lá por favores ou subfavores, os ganhos ou restolhos que se tem com os tiranos, ocorre que ao final há quase tanta gente para quem a tirania parece ser proveitosa quanto aqueles para quem a liberdade seria agradável (LA BOÉTIE, 2014, p. 32).

Em conformidade com La Boétie, Marilena Chauí (2014, p. 14 – grifo nosso) acrescenta um importante comentário, sobre o papel de cada membro da “cascata de poder”: “[...] do lugar onde se encontra, exerce a seu modo uma parcela de tirania e, num processo fantástico, a vontade de servir engendra uma sociedade tirânica de ponta a ponta”. A tirania deixa, então, de ser o recurso do domínio de um sobre todos e passa a ser o modo de proceder de determinada conjuntura política. A esse entendimento, soma-se o que apresenta o comentador Claude Lefort (1982, p. 166):

Não há como hesitar: o segredo, a força da dominação consiste no desejo – em cada um, seja qual for o escalão que ocupe na hierarquia – de identificar-se com o tirano tornando-se o senhor de um outro. A corrente da identificação é tal que o último dos escravos ainda se pretende um deus. Impossível, portanto, subestimar esse julgamento: a tirania atravessa a sociedade de ponta a ponta (LEFORT, 1982, p. 166).

Contudo, o fato de se desfrutar da cercania do tirano não significa que se terá uma vida comodidades apenas, já que o preço a ser pago será o de possuir um constante companheiro dos tiranetes. Isso ocorre pois são eles que irão executar as ordens do mandatário, serão a eles que os povos odiarão mais que ao próprio tirano. Como nos diz o autor: “Vendo porém essa gente que gera o tirano para se encarregar de sua tirania e da servidão do povo, com frequência sou tomado de espanto por sua maldade e às vezes de piedade por sua tolice” (LA BOÉTIE, 1982, p. 33).

Como os insetos são atraídos pelo brilho proveniente do fogo e muito frequentemente acabam perdendo a vida, pois, voando próximos da chama, acabam por ser consumidos, da mesma forma acontece aos tiranetes. O autor aponta que, primeiramente, perdem o bem originário que é a liberdade, de modo que “[...] os aldeões, os camponeses que espezinham o quanto podem e os tratam pior do que a forçados ou escravos – verão que esses, assim maltratados, são no entanto mais felizes e mais livres do que eles” (LA BOÉTIE, 1982, p. 33). O preço da liberdade é o primeiro limite ao exercício da “pequena tirania” no interior de uma sociedade tirânica.

Mas eles, os comparsas, os colaboradores do tirano, vivem constantemente sob o olhar do tirano, de modo que, em segundo lugar, devem:

*Trapacear* e mendigar seu favor; não só é preciso que façam o que diz mas que pensem o que quer e amiúde, para satisfazê-lo, que ainda antecipem seus pensamentos. Para eles não basta obedecê-lo, também é preciso agradá-lo, é preciso que se arreentem, que se atormentem, que se matem de trabalhar nos negócios deles; e já que se aprazem com o prazer dele, que deixem seu gosto pelo dele, que forcem sua compleição, que despem o seu natural, é preciso que estejam atentos às palavras dele, a voz dele, aos sinais dele, e aos olhos dele; que não tenham olhos, pés, mão, que tudo esteja alerta para espiar as vontades dele e descobrir seus pensamentos (LA BOÉTIE, 1982, p. 33 – grifo nosso).

Mediante todos esses fatos podemos nos questionar, assim como o autor: “Isso é viver feliz? [...] que condição é mais miserável que viver assim, nada tendo de seu, recebendo de outrem sua satisfação, sua liberdade, seu corpo e sua vida?” (LA BOÉTIE, 1982, p. 33). Eis, pois, expostos os perigos e as adversidades a que estão constantemente submetidos os tiranetes. A tirania, por isso, é um mal que precisa ser combatido, mesmo quando parece beneficiar a alguns poucos agremiados ao redor do tirano. Nenhuma satisfação passageira, constantemente tentada pela possibilidade do limite, consegue medir-se com a liberdade, que é e deve continuar sendo o autêntico conteúdo da política.

Por isso, após ter sido apresentada a máquina tirânica, a contar da sua ascensão, dos mecanismos utilizados na manutenção e, por fim, do eixo que constitui a essência da dominação, chegamos ao momento de avançar em direção ao terceiro capítulo desta pesquisa. Após ter se constituído um poder separado do povo e, conseqüentemente, a servidão voluntária como prática de toda uma sociedade, podemos nos indagar se, acaso, seria possível supor um “antídoto” com vistas à neutralização do nefasto veneno da tirania, isto é, a possibilidade de uma sociedade tirânica voltar a ser uma sociedade de liberdade. Veremos, a partir dessa ênfase, o papel que constitui a rebelião pacífica e as implicações políticas que podem ter as relações de amizade.

### 3 MODOS RELACIONAIS DE SUPERAÇÃO DA TIRANIA

*Se me obrigassem a dizer por que o amava, sinto que a minha única resposta seria: Porque era ele, porque era eu.*  
Michel de Montaigne

Uma vez evidenciados os elementos fundamentais na elevação e manutenção de um domínio tirânico, passamos ao terceiro momento desta pesquisa, que se dedica à exposição do pensamento do autor em relação às possíveis formas de resistência encontradas no “Discurso”. Desse modo, no primeiro tópico, concentraremos nossos esforços na explicitação do que se convencionou como revolta pacífica, ou estado de desobediência civil. Tal circunstância apresenta-se como importante “antídoto” ante o desejo de obediência e aquilo que é ainda mais escandaloso: a vontade de produzir a servidão. Essa característica, amplamente visível na servidão descrita por La Boétie diz-se como caráter voluntário. Desde essa recusa, seguiremos para o segundo elemento que, adicionado no campo político, possui formidável capacidade inibidora da constituição originária da máquina tirânica, qual seja: a amizade. Tal disposição relacional só é possível mediante um trato entre iguais, ambiente em que não se permite a ascensão de um sobre outrem; campo fértil do interconhecimento e da partilha dos bens dispostos a cada um pela mãe natureza. Esse é, portanto, o caminho desenhado para o capítulo que segue.

#### 3.1 PRIMEIRO ANTÍDOTO: A REBELIÃO PACÍFICA

Ao percorrermos o desenvolvimento do “Discurso” é possível encontrar elementos desconcertantes e divergentes da tradição filosófica. Alguns deles já foram mencionados no primeiro capítulo deste estudo, de forma mais precisa, nos tópicos dedicados ao conceito de liberdade. Serão também apontados no que se segue, relacionados ao conceito de servidão voluntária.

Aqui, demarcamos o surgimento de um novo momento na argumentação, que chama a atenção e, sem dúvida, desconcerta os leitores do jovem filósofo francês. Referimo-nos à possibilidade de se pensar uma revolta que não faça uso de mecanismos de força e opressão, amplamente utilizados por aqueles que lograram o

poder, ou, dito o mesmo, da possibilidade de se pensar uma rebelião que tenha como característica a passividade em relação ao tirano.

Antes de adentrarmos a essa possibilidade de resistência, faz-se importante lançar algumas questões: como entender o processo de recusa a servir, uma vez que o tirano possui uma força militar orquestrada? Seria, pois, viável pensar em uma rebelião capaz de lograr sucesso tendo em vista que, em geral, as iniciativas desse tipo recorrem a armas, embora seja esse justamente o ponto de inovação da revolução pacífica? Uma revolução que não só carece de armas, como modalidade mais inovadora, mas abjeta a sua necessidade para se alcançar a derrocada do tirano.

Tendo sido postas tais questões, partimos em busca de respostas, ou, mesmo, de elementos sinalizadores no texto de La Boétie que nos ajudem a compreender nossas inquietações. Podemos encontrar os primeiros lampejos de sua proposta pacifista logo no início da obra: ela é disposta no liame da tese, segundo a qual o autor afirma que, existindo uma nação que se encontrasse na iminência de ser subjugada por outrem, sem dúvida enviaria seus homens ao campo de batalha. Esses, ao irem à luta, se empenhariam com mais vigor do que aqueles que foram somente com intuito de dominação. Para solidificar essa ideia, o autor usa como referência os conflitos que se deram na Grécia<sup>8</sup> e como, mesmo sendo minoritários em número, grupos guerreiros conseguiram alcançar a vitória contra seus rivais. Confirma-se, assim, que a liberdade confere uma bravura superior aos que lutam em sua defesa. Eis como o autor expôs a questão:

Que se ponham cinquenta mil homens em armas de um lado, outro tanto de outro, que sejam alinhados em posição de combate, que acabem encontrando-se, uns livres combatendo por sua franquia, os outros para tirá-la deles: a quem por conjectura será prometida a vitória, quem se pensará que vai mais galhardamente à luta, os que esperam como recompensa de suas penas a manutenção de sua liberdade ou os que não podem esperar outro salário dos golpes que dão ou que recebem senão a servidão de outrem? (LA BOÉTIE, 1982, p. 14).

Contudo, mesmo o autor apresentando que a liberdade é capaz de “pôr fibra nos corações” daqueles que pelejam em seu favor, houve também aquelas nações que, por inúmeros motivos, não conseguiram repelir a força opressora, fazendo, dessa

---

<sup>8</sup> Sobre isso, La Boétie (1982, p. 14) considera as “tão famosas batalhas de Milcíades, de Leônidas, de Temístocles, que ocorreram há dois mil anos e que ainda hoje estão frescas na memória dos livros e dos homens como se fossem ontem, que ocorreram na Grécia para o bem dos gregos e exemplo do mundo inteiro [...] não se tratava da batalha dos Gregos contra os Persas mas dá vitória da liberdade sobre a dominação, da franquia sobre a cobiça”.

forma, que a sua servidão fosse inevitável. Assim foi no episódio, já mencionado no capítulo anterior, das cidades de Esparta e Atenas. Essas, por se encontrarem em número inferior, não foram capazes de repelir seus algozes e acabaram sofrendo a dominação.

Uma vez instalada a “doença” da servidão e, sobretudo, caso tenha se multiplicado por todo o corpo social, “toda a escória do reino [...] reúne-se à sua volta” para apoiá-la, “para participarem da presa e serem eles mesmos tiranetes sob o grande tirano” (LA BOÉTIE, 1982, p. 33). Eis porque o autor conclama àqueles que perderam sua liberdade buscarem reavê-la, a tentarem regressar à sua condição originária, apresentando, assim, que a chave da liberdade, paradoxalmente, não se encontra na força das armas, mas na subversão do desejo de servidão, amplamente denunciado em toda a obra.

É o que se expressa no fragmento que se segue: “[...] só a liberdade os homens não desejam<sup>9</sup>; ao que parece não há outra razão senão que, se a desejassem tê-la-iam como se se recusassem fazer essa bela aquisição só porque ela é demasiado fácil” (LA BOÉTIE, 1982, p. 15). A isso bem observou Lefort (1982, p. 131), que diz: “[...] assim que os homens deixam de querer o tirano, ele é derrotado; assim que a liberdade é desejada, eles a possuem”. Em nenhum momento a fala de La Boétie se inclina para a necessidade de armas – e o confirma seu comentador – mas para o desejo da liberdade. Desejo que precisa ser desperto no coração dos homens e, assim, ser mobilizador de iniciativas que façam frente à tirania sofrida. Quem anseia por liberdade, encontra os meios para obtê-la. Em oposição, os que se habituaram à servidão voluntária, realizam no exercício do domínio em que vivem. Assim sendo, podemos nos indagar: existiria uma conquista mais fácil que essa?

---

<sup>9</sup> Nesta pesquisa, por inúmeras vezes, salientamos os pontos de reflexão considerados divergentes entre alguns filósofos clássicos ou coetâneos de La Boétie. Contudo, vale neste momento da investigação expor um ponto de aproximação com o filósofo moderno Baruch Espinosa (1632-1677). O aspecto de intersecção dos dois filósofos reside no tocante à compreensão do desejo de liberdade presente nos homens. Para ambos os filósofos, a mesma compreensão reside no interior de cada homem. Assim a questão é apresentada por Marilena Chauí, filósofa dedicada ao pensamento espinozano: “[...] a aproximação entre La Boétie e Espinosa é espantosa, porque ambos consideram que o desejo de liberdade não é desejo de alguma coisa que nos falta, não é carência de alguma coisa que, do exterior, viria nos preencher, mas, pelo contrário, concebem a imanência da liberdade a si mesma: desejar a liberdade e ser livre é o mesmo porque a liberdade é a ausência de distância entre mim e mim mesma ou a máxima proximidade de mim comigo mesma, quando o que penso, sinto, digo e faço sou eu mesma como origem dos pensamentos, sentimentos, palavras e ações” (CHAUÍ, 2014, p. 198).

La Boétie afirma, ainda, que tal aquisição não demandaria empenho militar ou qualquer outro método de reivindicação que, porventura, viesse a carecer de um esforço maior do que o da própria vontade. Dessa maneira, sua aquisição torna-se tanto mais acessível que a negação de poder obtê-la, uma verdadeira aberração, na avaliação do filósofo:

[...] não é preciso combater esse único tirano, não é preciso anulá-lo; ele se anula por si mesmo, contanto que o país não consinta [com] a sua servidão; não se deve tirar-lhe coisa alguma, e sim nada lhe dar; não é preciso que o país se esforce a fazer nada algo para si, contanto que nada faça contra si (LA BOÉTIE, 1982, p. 14).

Aqui reside o diferencial da iniciativa mencionada por La Boétie: a rebelião pacífica não demanda que algo seja realizado, mas, ao contrário, que não se realize, que se retire do tirano a força que apenas existe no exercício das ações deflagradas pelos oprimidos. Isso, além disso, une-se a outro aspecto válido nesse processo de consolidação do entendimento do autor, que pode ser retirado do exemplo que o mesmo utiliza. O autor compara o tirano a uma fogueira, na qual o fogo só tende a conservar seu vigor na medida em que encontra lenha, ou seja, pessoas dispostas a serem os combustíveis da tirania. Dessa maneira, para que o fogo diminua e, aos poucos, se extinga, basta parar de oferecer a disposição de si para alimentá-lo – nesse caso, alimentar a insaciabilidade do tirano. Note-se o trecho a seguir:

Como o fogo de uma pequena chama torna-se grande e sempre cresce, e quanto mais lenha encontra mais está disposto a queimar; e sem que jogue para apagá-lo, é só não pôr mais lenha que ele, não tendo mais o que consumir, consome-se a si mesmo e vem sem força alguma, e não mais fogo [...], assim também, por certo, os tiranos quanto mais pilham mais exigem, quanto mais arruinam e destroem, mais se lhes dá, quanto mais são servidos, mais se fortalecem, e se tornam cada vez mais fortes e dispostos a tudo aniquilar e destruir; e se nada se lhes dá, se não se lhes obedece, sem lutar, sem golpear, ficam nus e desfeitos, e não são mais nada, como o galho se torna seco e morto quando a raiz não tem mais humor ou alimento (LA BOÉTIE, 1982, p. 15).

Acompanhando o pensamento de Étienne de La Boétie, o filósofo, também francês, Frédéric Gros, em seu livro intitulado “Desobedecer”, desenvolve seu pensamento a respeito da perspectiva da resistência pacífica. No livro, afirma que “devemos resistir não ao poder em suas formas instituídas, e sim sobretudo ao nosso desejo de obedecer, à nossa adoração pelo chefe, porque são precisamente esse desejo e essa adoração que o sustentam” (GROS, 2018, p. 29). Dessa maneira,

entendemos que o que precisa ser combatido não são os guardas, as sentinelas ou os exércitos, mas o anseio de obediência e, ainda mais, o de servir voluntariamente – isto é, sem que isso seja exigido com forças explícitas<sup>10</sup>. É preciso, nesse mesmo sentido, combater a vontade de agradar sempre mais ao líder, o que geralmente leva a incessantemente buscar formas de antecipar seus desejos e de se desgastar em empreitadas que os mesmos não fazem, como por exemplo, a ida tão valorosa às guerras.

Com isso, Gros (2018) enfatiza que La Boétie convida à uma nova perspectiva ou a uma “inversão da relação de forças, à revolta” (GROS, 2018, p. 28). Isso de tal forma que, uma vez constatada a natureza da motivação que mantém o tirano no poder, ou seja, o desejo de submissão de outrem e/ou de domínio sobre os que lhe estão abaixo, deve, igualmente, ter como contramovimento o desejo de liberdade que nasce dentro de cada um. Nas palavras de Gros (2018, p. 28), “a verdadeira revolução deve começar por uma abdicação interior”.

Para solidificar a compreensão da possibilidade de rompimento com o poder instituído, passaremos a palavra para outro comentador do assunto. Nesse caso, Gustavo Henrique Holanda. Em sua pesquisa, nomeada “O mau selvagem: antropofagia oswaldiana e pensamento tupinambá”, particularmente no segundo capítulo, Holanda (2016) dedica uma seção ao conceito de servidão. Para tanto, recorre a Étienne de La Boétie como arcabouço teórico. Assim afirma a respeito da possibilidade de rompimento com a servidão, mediante a recusa em servir:

Atendo-nos ao texto mesmo de La Boétie, o que é colocado ali é uma reflexão que transita entre a história e a lógica, para, ao propor a instituição da servidão como um acontecimento histórico na humanidade, pensar a possibilidade de sua negação, que se constitui basicamente na negação da lógica do poder (HOLANDA, 2016, p. 59).

Desse modo, é possível dizer que Holanda segue o entendimento dos demais comentadores já mencionados no tocante à questão. Há, contudo, quem também apresente certa contestação à apresentação dada ao tema por La Boétie – ainda que

---

<sup>10</sup> Gros, assim como La Boétie, faz uma diferenciação do que seria uma atitude por obediência e um comportamento movido pelo desejo de servir. Para ambos, obedecer está em vista do cumprimento de uma ordem devidamente estabelecida, enquanto servir parte de um movimento interno, é caracterizado pelo anseio por oferecer mais do que foi solicitado. É o que podemos ver nos trechos a seguir: “Servir é mais que obedecer, é fornecer garantias, antecipar os desejos, obedecer o melhor possível, fazer de sua obediência a expressão de uma gratidão, justificar as ordens que nos dão; o que poderíamos chamar de ‘super obediência’” (GROS, 2018, p. 30).

concorde como o eixo central de sua tese. Esse é o caso de Paul Bonnefon, para quem o texto do filósofo francês carece de um final. Ou seja, apesar de colocar a questão, remexer apresentando os efeitos provocados pela servidão, La Boétie não apresenta propostas mais concretas de intervenção. Em que consistiria, de fato, a rebelião pacífica? Eis porque, “para fazer um panfleto e ser coerente com sua obra, concebida nesse sentido, La Boétie deveria ter concluído pelo regicídio” (BONNEFON, 1898, p. 148 *apud* YAZBEK, 2020, p. 194) – isto é, pelo assassinato do tirano – e não pela revolta pacífica ou a amizade, a qual ainda iremos comentar.

Tal inquietação tem como pano de fundo o fato observado por Bonnefon de que, mesmo em momentos diversos do “Discurso”, o autor conclama as pessoas a retornarem ao seu estado originário, não sendo possível encontrarmos exemplos que apontem para uma nação que logrou sucesso mediante tal estratégia, causando, assim, a desconfiança da impossibilidade de se colocar em efetivo tal dispositivo. Esse é, segundo julgamos, o motivo da violenta crítica de Bonnefon a La Boétie, desde um ponto de vista prático. Ainda assim, para nós, as constatações do filósofo logram plausibilidade. Mas não apenas. Como aponta Nunes (2007), críticas como as de Bonnefon, provenientes da leitura de pensadores do século XIX e/ou do início do século XX foram “desmentidas cabalmente pela história” (NUNES, 2007, p. 80) mais recente.

Para tanto, Nunes (2007) apresenta o texto de Armando Ferrari, que contrapõe o aparente limite prático da sugestão de La Boétie apresentando o exemplo da Índia e de como esse país, liderado pelo ativista Mahatma Gandhi, logrou sucesso. Vejamos o fragmento a seguir:

[...] desde esta afirmação de Bonnefon, antes que um povo composto de 300 milhões de homens, dentro de um prazo relativamente curto, e principalmente sem violências, aplique rigorosamente e com sucesso a tese do Discurso, libertando o país de um domínio de três séculos (FERRARI, 1955, p. 75 *apud* NUNES, 2007, p. 80-81).

Em síntese, a partir de tudo o que foi exposto, podemos constatar que é possível pensar uma revolta que não se valha das armas dispostas pelos opressores, pois, como salienta La Boétie (1982, p. 31), o uso das sentinelas e dos soldados são “formalidade e espantinho” que não visam a proteção do tirano, já que a mesma é feita pelos tiranetes. Dessa maneira, não seria necessário opor-se ao exército armado, mas à vontade obstinada em servir presente em cada um. No entanto, há no “Discurso”



outro elemento cuja menção se mostra de fundamental importância para a compreensão do processo de superação da servidão voluntária. Eis porque após essa exposição do primeiro “antídoto” da grave doença da servidão, somos obrigados a seguir para o próximo “remédio” apresentado por La Boétie, como segue: a amizade.

### 3.2 SEGUNDO ANTÍDOTO: O PODER POLÍTICO DA AMIZADE

Tendo sido exposto o primeiro elemento correspondente a uma possível forma de, estando em situação de servidão a um poder tirânico, uma sociedade possa libertar-se, partimos, neste momento da pesquisa, ao segundo elemento do “Discurso” que constitui objeto deste capítulo, a saber: compreender a amizade<sup>11</sup>, descrita em poucas linhas no panfleto, e sua força política. Como já salientado anteriormente, o “Discurso” tem a estranha capacidade de desconcertar seus leitores. Marilena Chauí (2014), assim como Paul Bonnefon, considera que:

A conclusão de La Boétie também é desconcertante para quem esperasse um programa de ação para a luta contra a tirania. Não há programa algum [...] Em lugar de um programa de ação política, o “Discurso” simplesmente contrapõe “todos unidos”, gerando a servidão voluntária, ao “alguns” (CHAUÍ, 2014, p. 18).

Aos que esperavam, como Bonnefon, o regicídio, o autor apresentou a resistência pacífica. Aos que buscam na quantidade a força necessária para combater o tirano, La Boétie contrapõe com poucos, ou melhor, com os amigos. Dessa negação ao número já podemos vislumbrar uma das características próprias da amizade, isto é, a capacidade de se manter num número reduzido, o qual, quanto menor for, mais perfeitamente se dará<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> A respeito do conceito “amizade” proposto para essa seção do capítulo, é válido salientar que o mesmo teve desdobramentos na escrita de outro filósofo coetâneo de La Boétie, qual seja, Michel de Montaigne (1533-1592). Não podemos provar que o faça em linhas gerais fiel ao pensamento de seu amigo, uma vez que La Boétie não aprofunda a questão – a propõe, mas não deixa um tratado pormenorizado acerca do mesmo. Contudo, “logo no início do ensaio sobre a amizade, quando Montaigne ainda manifesta a intenção de publicar o *Discurso*, é dito que se imitará o ‘procedimento de um pintor’, que, escolhendo o centro de cada parede para pintar um ‘quadro rico, polido e formado de acordo com a arte’, preencheu o vazio ao redor com arabescos (*crotesques*), ‘que são pinturas fantasiosas cuja única graça está na variedade e estranheza’” (DUARTE, 2009, p. 5). Desta feita, temos que os arabescos se constituem como sendo os escritos de Montaigne, ao passo que o centro da pintura será reservado ao “Discurso”. Confirma-se, assim, a importância dada pelo predecessor de La Boétie a seu escrito.

<sup>12</sup> Tal perspectiva é própria do pensamento aristotélico, uma vez que o filósofo afirma não poder acontecer de uma pessoa travar diversas amizades em seu sentido perfeito, pois, em suas palavras:

Em decorrência desse último aspecto, lançamos as seguintes inquietações: qual a origem desses que, embora sendo poucos, possuem a capacidade de se oporem ao poder tirânico, ao ponto de conseguirem desestabilizar um sistema que, como vimos, perpassa todas as classes da sociedade? Ou, também, em que medida a esfera da comunicação se faz elemento essencial na organização de um antissistema opressor?

Tendo sido apresentadas as inquietações subjacentes desse tópico, voltemos ao que já havia sido salientado pela filósofa Marilena Chauí (2014) no tocante à quantidade necessária para se opor ao tirano. Segundo La Boétie, mesmo estando um país inteiro a padecer os males da servidão e essa tendo chegado a entranhar-se de tal forma que seus cidadãos já a tenham assimilado ao ponto de se acostumarem com ela, ainda assim haverá “alguns mais bem nascidos que sentem o peso do jugo e não podem se impedir de sacudi-lo, que jamais se acostumam com a sujeição” (LA BOÉTIE, 1982, p. 24).

Tais pessoas “bem-nascidas” são depositárias de uma memória que relembra constantemente sua origem, seu ser para a liberdade, de forma que “não se acostumam ao jugo da servidão e se predispõem a estar sempre lembrando dos privilégios naturais que possuem, sentindo-se honrados em recordar os seus antecessores, além do seu ser primeiro” (LOBO, 2016, p. 119). Com isso, confirma-se que existe sempre a possibilidade de se pensar um futuro diferente do presente opressor e que o retorno ao passado, quando memorado, sempre se realiza como esperança de um futuro sem as amarras da servidão, ou melhor, como retorno radical ao estado de liberdade.

Vendo que tais pessoas se caracterizam como possíveis reacionários frente ao sistema, o tirano logo os anula por intermédio do isolamento, movimento que se opõe ao surgimento e à consolidação da amizade. Assim, faz-se acreditar que cada um é, nas palavras de La Boétie, “singular” e seus anseios meras “fantasias”. Desse modo, o isolamento contribui para que não ocorra entre os indivíduos a constituição do vínculo que neutralizaria a servidão, ou seja, a possibilidade de tecer laços de amizade, por intermédio da partilha mediante a fala. Sem o recurso da proximidade facultada pela amizade, os indivíduos não teriam a oportunidade de partilharem seus anseios e esperanças.

---

[...] o amor é, de certo modo, um excesso de sentimento e está na sua natureza dirigir-se a uma pessoa só” (ARISTÓTELES, 1973, p. 384-385).

A possibilidade de se pensar em relações pautadas pela amizade é expressa, seja de forma direta ou indiretamente, em vários momentos do “Discurso”. Porém, sua conotação pode mudar de perspectiva dependendo do grau em que se encontra na concatenação da exposição acerca da servidão voluntária. É o que nos diz Marilena Chauí no trecho que se segue:

Essas aparições da amizade estão rigorosamente distribuídas, pois as duas primeiras ocorrem antes da análise da gênese e do mantimento da servidão voluntária, enquanto as últimas sucedem essa análise e, particularmente, a do costume. Essa distribuição é essencial porque dela depende a modificação da própria amizade (CHAUÍ, 2014, p. 71).

A primeira vez em que o tema figura no “Discurso” provoca espanto. Isso devido ao paradoxo no qual se insere: tendo em vista que a sua exposição é feita para explicar como acontece a primeira forma de ascensão ao governo pelo tirano, ou seja, a aclamação popular. Dessa forma, observamos que a virtude que será apresentada posteriormente como um antídoto contra a servidão, configura, naquele momento da exposição, em sua justificativa. Aqui, pode-se dizer, à luz do aforismo popular, que todo remédio, quando exagerado na administração, pode tornar-se um veneno e causar grandes males para quem o receba.

Tal situação ocorre, segundo La Boétie, tendo em vista a constituição da própria natureza do homem, “de tal modo feita que os deveres comuns da amizade levam uma boa parte do curso de nossa vida” (LA BOÉTIE, 1982, p. 12). Ou seja, o anseio por recompensar as virtudes encontradas no amigo em algumas circunstâncias pode acabar na pior das atitudes, qual seja, a sua elevação sobre os demais. Em casos assim, a amizade não neutraliza a servidão, mas a consolida, como origem. Apenas como origem, deve-se dizer, já que, uma vez estabelecida a tirania, desfaz-se a condição originária de amizade, porque o amigo não pode ser o superior. Isso, talvez, sinaliza para o que Chauí (2014, p. 68) afirma: “[...] bem-querer é não desejar que um amigo se separe de nós pela elevação, que introduz a desproporção, desigualdade e dissonância”. Aponta-se, assim, o erro no qual incorreram aqueles que elevaram um amigo acima de todos os demais, mesmo que tal atitude, em sua origem, visasse uma congratulação pelas qualidades nele encontradas.

O deslocamento do amigo é, dessa maneira, um movimento de oposição àquilo que se constitui como base da amizade, como segue: a presunção de igualdade. Dessa forma, manter o laço de amizade através da não elevação é confirmar a

garantia de isonomia de ambos. A amizade, antes de ser uma possível justificativa de distanciamento mediante a ascensão de um, como no caso descrito acima, representa justamente o oposto; ou seja, é uma disposição essencialmente relacional e contra o surgimento de um poder tirânico. Por ser relacional, ela se configura como uma operação da liberdade, em que as relações travadas se constituem, nas palavras de André Constantino Yazbek (2020, p. 195), como verdadeiras:

[...] vínculos morais não tirânico entre os indivíduos; um vínculo intersubjetivo no interior do qual o alheamento massificado cede lugar ao liame orgânico e afetivo que se apresenta como expressão de uma liberdade voluntariamente dedicada à complementariedade espiritual recíproca junto a outrem (YAZBEK, 2020, p. 195).

Desta feita, abre-se caminho para pensarmos a amizade enquanto dispositivo moral no qual a interligação entre os amigos, a constante solidificação dos laços característicos da relação entre ambos, se apresenta como um “medicamento” preventivo ante às investidas tirânicas. Ao passo que a dedicação que o amigo tem a outrem não se caracteriza por desejos de submissão, mas, ao seu inverso, atua como um verdadeiro ato de “solicitude gratuita do vínculo desinteressado da amizade”, e ainda no mesmo sentido, “a amizade é a expressão maior de uma liberdade de obediência não-servil, posto que, nesse caso, o vínculo de obrigação a outrem, em sendo moral, se apresenta despido do jogo das hierarquias do poder instituído” (YAZBEK, 2020, p. 196). Trata-se de um aspecto impossível de ser constatado nas relações tirânicas, uma vez que o tirado se encontra não ao lado do outro como na amizade, mas acima, de forma que a desproporção impede a comunhão, a liberdade e a gratuidade.

Ainda no tocante à questão, podemos também identificar o tipo de definição de amizade que o autor utiliza, ou melhor, em que o filósofo buscou inspirar-se para seu arcabouço teórico. A definição de amizade exposta pelo autor do “Discurso”, segundo Chauí, é a mesma apresentada por Aristóteles, na obra “Ética a Nicômaco” – especialmente no livro VIII dedicado ao tema da amizade. Logo no início do livro o estagirita define a amizade como uma “virtude ou [algo que] implica virtude, sendo, além disso, sumamente necessário à vida” (ARISTÓTELES, 1973, p. 379). Esses elementos certamente estão presentes na concepção de amizade instaurada como horizonte interpretativo das relações sociais de acordo com o “Discurso”, quando o autor nomeia as condições minimamente necessárias para se ter uma amizade.

Sem dúvidas, o autor humanista busca em Aristóteles as bases para construir seu pensamento acerca da amizade, mesmo que não utilize as três modalidades expostas pelo estagirita. Segundo Aristóteles, existem três formas de amizade: a) a primeira ligada à utilidade haurida da relação; b) em segundo lugar, temos a amizade que se sustenta somente por conta do prazer; c) enfim, em último lugar, a amizade perfeita. No “Discurso”, La Boétie “restringe a amizade exclusivamente à relação virtuosa entre iguais que é, para Aristóteles, a amizade perfeita” (CHAUÍ, 2014, p. 66). Mais adiante no seu texto, o filósofo francês aponta para a relação entre os corsários e os ladrões como exemplo do que não se constitui como uma relação de amizade, mas de cumplicidade, mediante o receio de perderem sua força – o que, na visão aristotélica, poderia ser classificado como amizade por interesse.

A segunda menção ao tema aparece no momento em que o autor dispõe a sua concepção a respeito do homem – esse, enquanto um ser disposto a viver em seu estado de liberdade e igualdade. A natureza, classificada por La Boétie como boa mãe, dispôs a todos os homens dons e talentos e, de forma mais previdente, implantou em cada um os dispositivos necessários para que todos pudessem desfrutar do grande presente que lhes foi dado, isto é, a voz e a fala. Essa, segundo o autor, é fundamental quando se busca entender o processo da amizade. Bem observaram os tiranos que, na medida do possível, excluíam tais pessoas que nutriam o anseio pela liberdade, de forma que elas não pudessem encontrar correspondentes; não pudessem “contaminar” os demais com sua reivindicação. A esse respeito vale mais uma vez recorrer ao comentário da filósofa Marilena Chauí (2014, p. 71):

Na segunda menção, a amizade natural surge em sua pureza perfeita para reavivar a memória dos que servem, como o médico que precisa de anamnese do paciente para curá-lo. Na esperança de que a recordação do “seu primeiro ser” lhes volte, viva como aqueles que poliram a natureza pelo cultivo dos livros e pela clarividência natural, a amizade é aviso e alerta.

A relação travada entre os amigos e iguais proporciona o retorno ao seu ser primeiro. Sua paridade denuncia a real desigualdade a que são submetidos em um sistema tirânico. O “jogo dos olhares”, ou seja, o interconhecimento proporcionado pelas relações de amizade, segundo Paul Zawadzki (2021, p. 152), denuncia a verticalidade hierárquica em que se encontram as pessoas submetidas. A capacidade de expor pensamentos por intermédio da fala se contrapõe ao silêncio interposto mediante o distanciamento. A esse último aspecto, mais uma vez, recorreremos a

Aristóteles, quando apresenta que: “efetivamente, os que vivem juntos deleitam-se um com o outro e conferem-se mútuos benefícios, mas os que dormem ou que se acham separados no espaço não realizam, mas estão dispostos a realizar os atos da amizade” (ARISTÓTELES, 1973, p. 379). É dessa forma cabal que, entre amigos, exista ambiente para um falar franco, capaz de expressar suas críticas e de recebê-las, quando for necessário. Apenas nesse espaço, o espaço da liberdade, pode existir um real ato de amizade<sup>13</sup>.

Vemos, dessa forma, que a capacidade de falar só pode ser autêntica quando se reconhece em um ambiente propício, no qual a sinceridade e a confiança na integridade do interlocutor é garantia de liberdade. Tal clima fraterno de escuta não pode ser encontrado em ambientes hierárquicos, nos quais reina um clima sempre vibrante de desconfiança e de medo. Nas relações construídas em ambientes assim, jamais se tem segurança da lisura de quem lhe é superior, ao ponto de possibilitar uma fala livre de possíveis represálias, se constituindo, por isso mesmo, como um abismo para o modo relacional solidificado na amizade. Foi o que expressou La Boétie no fragmento a seguir:

É certamente por isso que o tirano nunca é amado, nem ama: a amizade é um nome sagrado, é uma coisa santa; ela nunca se entrega senão entre pessoas de bem e só se deixa apanhar por mútua estima; se mantém não tanto através de benefícios como através de uma vida boa; o que torna um amigo seguro do outro é o conhecimento que tem de sua integridade; as garantias que tem são sua bondade natural, a fé e a constância (LA BOÉTIE, 1982, p. 35).

Dessa maneira, assim como La Boétie, podemos apontar que, em um ambiente de deslealdade, no qual impera ações recorrentes de injustiça e requintes de crueldade, a “coisa santa” não encontra receptividade. Sobre isso, o autor vai deixar

---

<sup>13</sup> Com relação à possibilidade de existir uma repreensão entre amigos, o que aqui nomeamos como falar franco, é válido apresentar o filósofo e amigo de Étienne de La Boétie, Michel de Montaigne (1533-1592). Alguns anos após a escrita do “Discurso da Servidão Voluntária”, Montaigne iria publicar uma obra intitulada “Ensaaios”. Nela vai dedicar o capítulo XXVIII a se refletir sobre o aspecto da Amizade, apresentando, assim, a impossibilidade de existir amizade entre pais e filhos, uma vez que: “Na relação ente pais e filhos é mais o respeito que domina. A amizade nutre-se de comunicação, a qual não pode estabelecer-se nesse domínio em virtude da grande diferença que entre eles existe, de todos os pontos de vista; e esse intercâmbio de ideias e emoções poderia por vezes chocar os deveres recíprocos que a natureza lhes impôs, pois, se todos os pensamentos íntimos dos pais se comunicassem aos filhos, ocorreriam entre eles familiaridades inconvenientes. Mais ainda: não podem os filhos dar conselhos ou formular censuras a seus pais, o que é, entretanto, uma das primeiras obrigações da amizade” (MONTAIGNE, 1984, p. 92). Desta feita, não somente entre os pais a possibilidade de repreensões é restringida, como também nas relações tirânicas, uma vez que essas são essencialmente hierárquicas.

claro no “Discurso” que, mesmo nas relações travadas entre os corsários e os ladrões, existe “alguma fé na partilha do roubo; porque são pares e companheiros; e se não se amam entre si, ao menos se temem e não querem tornar menor a sua força desunindo-se” (LA BOÉTIE, 1982, p. 36). Para Chauí, entretanto, esse tipo de relação não pode ser classificado como amizade, mas sim, cumplicidade ou conluio.

Temos, portanto, que a amizade é um remédio contra o mal da superioridade e tirania, dado que meramente interessados ou cúmplices, ao se imporem essa modalidade de relação, estão extrapolando os limites próprios da amizade, quais sejam: a igualdade, a isonomia, a liberdade. Como ensinamento de La Boétie a respeito da superação de um sistema opressor, algo sempre pode ser feito, seja ao ser resoluto, ao não obedecer ou ao não retirar o amigo do lugar onde pode bem fazer e o colocar acima de todos, provocando assim desigualdade que é a gênese da tirania. A não obediência se desenvolveria num ciclo de enfraquecimento da vontade superior, deslegitimando-a ao ponto de não ter mais força em sua manutenção da servidão dos súditos. A amizade, ao contrário, instaura-se como modelo para o exercício equilibrado da vida pública, em que uma parte jamais supera a outra, mas ambas se mantêm numa relação de proporcionalidade e de liberdade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de construir uma casa, primeiramente sonhamos, idealizamos, imaginamos como será. Com o desejo de que tudo seja o mais perfeito possível, nós escolhemos o melhor local, observando de que lado incidirá o sol nascente, tanto quanto o poente. Da mesma forma, o jardim é mentalmente desenhado, para que cada ambiente esteja disposto de maneira a não ofuscar os demais. Destarte, a jabuticabeira ocupa seu espaço, sem, contudo, retirar o brilho das rosas do deserto dispostas em um vaso de barro rústico, ou, ainda, das pequenas suculentas nos seus vasinhos frágeis.

Tendo em mente todas as informações acima mencionadas, faz-se necessário procurar uma pessoa capacitada para que, juntos, o desejo seja tornado projeto, em outras palavras, para que se passe do ideal ao real. Só assim inicia-se a limpeza do ambiente onde será erguido o sonho inicial: tudo o que não contribui para a futura edificação, ou, ainda pior, aquilo que pode atrapalhá-la é retirado. O passo seguinte é a delimitação em solo de todas as partes que darão forma à futura casa. Assim, serão escavados e lançados os alicerces que comporão a fundação, de forma que o sonho possa ter segurança e perenidade. Uma vez percorridas as fases mencionadas, e tendo certeza da segurança do empreendimento, as colunas serão erguidas: elas serão responsáveis pela sustentação da futura construção.

Ao erguer-se as paredes é preciso que se realize o trabalho atento de dispor cada tijolo com o devido alinhamento, fileira por fileira, momento importante e que deve ser acompanhado com a devida minúcia até se chegar à altura desejada. Durante o processo, além disso, o projeto certamente sofrerá adaptações. Contudo, as mesmas não o invalidam, afinal, ali estão todas as linhas que orientam os trabalhos e ele possui em si o intento inicial. O sonho já tomou forma e já está se concretizando; não é mais algo abstrato, já pode ser tocado.

Algo que é tocado constantemente será o próximo elemento a ser escolhido e disposto na construção, isto é, as portas e janelas, essenciais na demarcação dos ambientes, impossibilitando o ingresso de pessoas ou animais indesejados. Por esse motivo, é recomendado que se tenha redobrada atenção na sua escolha; elas terão a árdua função de impor limites a outrem. Uma vez que a construção já se encontra em pé, outro aspecto figura como fundamental: a cobertura ou telhado, como também o



seu sistema hidráulico e elétrico. Se não forem bem dispostos, os futuros moradores serão molestados constantemente, seja pelo forte calor durante um dia de verão, seja pelas impetuosas tempestades em dias de inverno.

Uma vez que a casa já possua todos esses elementos estruturais, seu interior ganha a primazia. São postos, então, os revestimentos, tais como pisos, mármore, decoração e toda a sorte de mobílias que possa trazer conforto e segurança a seus moradores. Tendo sido concluído aquilo que outrora era mera utopia, faz-se necessário comemorar. Dessa forma, nada mais justo e agradável que convidar aqueles que se fizeram próximos durante todo o itinerário percorrido, ou seja, os amigos. Com esses poderão usufruir de todo um percurso que se mostrou árduo e exigente, mas também, estranhamente prazeroso.

A pesquisa aqui empreendida corresponde à casa outrora idealizada, sonhada a partir da inquietação de um jovem francês chamado Étienne de La Boétie. O primeiro contato com a frase atribuída a ele foi o início de um desejo por se aprofundar mais em seu pensamento. A busca por encontrar seus escritos é, dessa forma, a procura pelo local ideal. Entretanto, para que a pesquisa (construção) pudesse ser realizada, foi necessária a ajuda de alguém experiente, que fosse capaz de captar os anseios dispostos – por vezes desordenados –, e com, perspicácia, reordená-los de modo a não ser mais uma ideia solta ao vento, mas algo plausível de ser realidade. Essa realização se deu na figura do orientador.

A partir do projeto, delimitamos qual caminho seria percorrido para se chegar ao objetivo final. Recolher os materiais bibliográficos, selecioná-los, ordená-los segundo o grau de importância, corresponde ao momento de limpeza e preparo do local da construção. Apesar de ter encontrado materiais substanciosos em forma de artigos publicados em inúmeras revistas ou livros, sem dúvida, não foi possível utilizar todos. Atribuímos essa diversidade de material ao fato de o tema apresentado por La Boétie se apresentar de maneira tão rica de possibilidades de abordagem; contudo, para o itinerário traçado não correspondiam. Aqui faço referência a áreas como o Direito, a Administração, a Psicologia Social, nas quais foi possível encontrar reflexões profundas a partir da obra “Discurso da servidão voluntária”.

O primeiro capítulo corresponde ao trabalho de escavação e disposição dos alicerces e colunas. Os três conceitos expostos são como que o sustentáculo da pesquisa, uma vez que, apesar de existirem outros, foram os que escolhemos para auxiliar na compreensão do paradoxo denunciado pelo autor. A pesquisa se alicerçou

na compreensão antropológica de La Boétie, ou seja, no entendimento do homem enquanto um ser para a liberdade e a igualdade; aspectos intrínsecos à sua existência. Contudo, quando nos voltamos à realidade, observa-se o oposto, uma sujeição voluntária e, de forma mais escandalosa, que apresenta o desejo de produção da servidão – primeira coluna. A segunda coluna é uma referência ao último conceito prescrito, ou seja, o tirano. Como visto no alicerce, a submissão não é algo natural, de forma que entender a figura do tirano é de extrema valia na busca por compreender o que leva as pessoas a aderirem a um sistema opressor e que contraria a sua natureza.

O segundo capítulo corresponde ao processo de edificação das paredes e do assentamento das portas e janelas. Para se alcançar o objetivo da pesquisa, ou seja, o paradoxo que é denunciado na obra, fazia-se necessário enveredar pelas formas de se chegar ao poder. Observou-se, no entanto, que os caminhos trilhados pelo tirano para lograr o comando não significavam perenidade e consolidação de seu lugar de mando. Dessa forma, foi um aspecto de nossa pesquisa buscar apresentar a compreensão de que não basta o tirano chegar ao governo através da aclamação popular, mediante a força das armas ou mesmo herdando o reino, são necessários, pois, mecanismos para sua manutenção.

Nesse ensejo, ainda no segundo capítulo, apresentamos os elementos usados pelo tirano para cercear pessoas outrora dominadas. É, pois, o que corresponde na casa às portas e janelas. Esses mecanismos são, na pesquisa, o costume, a política do “pão e circo”, como também o uso da religião. Tais meios, como vimos, impossibilitam as pessoas de alcançarem um retorno ao seu estado originário. Ainda assim, a chave de toda a dominação residirá na disposição encontrada para provocar a própria servidão. A esse respeito, voltamos rapidamente nosso olhar para a disposição dos tijolos e sua sequência tanto horizontal como vertical. Os tiranetes são, portanto, a massa que dá união entre uma camada e outra dos tijolos, sustentando a perenidade do sistema.

Por fim, a última parte de nossa pesquisa, corresponde, na construção da casa, ao processo interno de pôr o piso, o mármore e as demais mobílias. No terceiro capítulo, usamos a metáfora do “antídoto” para falar do poder que tem a recusa em servir e a amizade frente um poder tirânico. Tendo em vista que o mesmo é administrado comumente por via oral, ou seja, agindo dentro do organismo, achamos por bem exemplificar esse momento da pesquisa com todos os aparatos internos da

obra. Isto é, mesmo que a estrutura da casa seja boa, são os adereços internos que dão o seu colorido e conservação – bem como o contrário, caso faltem.

A partir desse sobrevoo imagético que perpassou tanto os momentos da pesquisa e sua construção, como também os assuntos abordados em cada um dos capítulos, podemos concluir que a pesquisa procurou nos ajudar a aclarar diversos aspectos acerca da vida em sociedade, a partir do estudo detalhado da obra “Discurso da servidão voluntária”. Sobre isso, aglutinamos os seguintes construtos:

- I) Em primeiro lugar, a novidade do diagnóstico apresentado por La Boéite, até então não denunciado por todos os que lhe antecederam, qual seja, que, apesar de sermos livres, preferimos viver sob o mando de outrem. Dessa forma, percebemos que parece haver na humanidade uma inclinação para se estar sujeito a essas realidades de dominação. Nessa perspectiva somos levados a crer que isso se deve ao fato de a liberdade carregar consigo o peso da responsabilidade. Seria mais cômodo atribuir a terceiros a responsabilidade pelas minhas possíveis escolhas e suas inevitáveis consequências. A esse respeito não nos faltam exemplos históricos que confirmam a denúncia do autor.
- II) Em segundo lugar figura a importância que têm os auxiliares em um sistema. O tirano, por ser somente um, não conseguiria estar em todos os lugares e dominar a todas as pessoas de forma simultânea. Assim, todos os tipos de governos, sejam os autoritários ou os democráticos, carecem de pessoas que possam doar-se na manutenção e consolidação do sistema. Hoje, no Brasil, temos como auxiliares diretos daquele que governa a nação 23 ministros. Contudo, essa rede aumenta de maneira exponencial na medida em que se direciona às áreas mais distantes do mandatário.
- III) Como terceiro ponto válido de reflexão realizado a partir da pesquisa, temos que o uso das religiões sempre se constituiu como “cabresto” por parte dos dominadores, no mais das vezes com a finalidade de valer-se dela para agremiar e amortizar os sintomas da servidão. Dessa forma, os sofrimentos são ressignificados e passam a tornar-se bússola de salvação. A obediência torna-os cegos e alcança um grau irrestrito, cria sujeitos alheios aos males e altamente dogmatizados, ao ponto de resistirem a evidências claras e incontestáveis.
- IV) O quarto aspecto que podemos concluir é que a técnica empregada pelos romanos de oferecer ao povo “pão e circo” continua sempre atual. Nada como uma “boa” festa para apaziguar os ânimos revoltosos. Assim, são marcadas, às

vésperas do carnaval ou de outras festividades, as votações de resoluções que diminuem ou ferem direitos. As pessoas irão num primeiro momento protestar. Contudo, as pretensas benesses proporcionadas com aquele evento aplacarão os ânimos de muitos dos inconformados, provando, assim, que os romanos tinham razão.

- V) O quinto e último elemento que aqui mencionamos aponta na direção da possibilidade de pensarmos a revolta com outra perspectiva, assim como fez La Boétie. Dessa forma, concluímos que, frente a um poder tirano, algo sempre pode ser feito, mesmo quando tal atitude reside em uma aparente contradição. Ou seja, o que deve ser feito é nada fazer. O sistema encontra-se de tal forma amalgamado que a recusa de um setor desse corpo compromete todo o restante. Em um exemplo muito atual, podemos ver como acontecem as greves em nossos dias. Os trabalhadores não insurgem ao ponto de destruir as máquinas ou atear fogo aos galpões. Somente param – e isso é tudo. Uma vez que isso acontece, todo o sistema que está sobre eles entra sucessivamente em colapso, fazendo com que haja uma negociação e se chegue a termos bons para ambos.

De outra parte, entretanto, também foi possível perceber que a pesquisa encontra limites que podem ser superados na medida em que não se esgotam as possibilidades de compreensão do autor, mas se abrem para novas formas de pensar, novas linhas de pesquisa, como já mencionamos acima, no tocante às várias reflexões possíveis a partir da obra. Dentre essas fronteiras, apontamos que não foi feito um trabalho de compreender a obra a partir do seu período renascentista, nem da corrente filosófica a que o autor se manteve vinculado, o humanismo. Aspecto que futuramente poderá ser contemplado em outra pesquisa. Ainda nesse sentido, outro elemento que abre a possibilidade de novos trabalhos é uma pesquisa detalhada acerca das várias recepções que teve o “Discurso”, seja a partir da primeira apropriação pelos revoltosos franceses até, por que não, os dias atuais, como no caso da leitura praticada pela filósofa brasileira Marilena Chauí. Com isso, seria possível identificar como o contexto pode influenciar a interpretação da obra.

Dito isso, a presente pesquisa também deseja ser um impulso para que outros abordem os temas que não contemplamos – não por indiferença, mas por metodologia. Afinal, o estudo do pensamento de La Boétie se faz importante na atualidade e, além de ser amplo, pode ser explorado a partir de várias óticas.

## REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril cultural, 1973. (Coleção: Os pensadores)
- CHAUÍ, Marilena. **Contra a servidão**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. (Escritos de Marilena Chauí, 1)
- CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder**: Uma análise da mídia. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.
- CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência**: pesquisas de antropologia política. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2014.
- DUARTE, João de Azevedo e Dias. A amizade em Montaigne: transformações na experiência de pessoa no século XVI. In: simpósio nacional de história, 25., 2009, Fortaleza. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética**. Fortaleza: ANPUH, 2009.
- FERRARI, Armando. **Etienne de La Boétie no quadro político do século XVI**. São Paulo, Civilização Brasileira, 1955.
- GROS, Frédéric. **Desobedecer**. Tradução de Célia Euvaldo. São Paulo: Editora Ubu, 2018. (Coleção Exit)
- HOLANDA, Gustavo Henrique Fontes de. **O mau selvagem**: antropofagia oswaldiana e pensamento tupinambá. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016. p. 120. [manuscrito]
- KARNAL, Leandro. **O medo a liberdade**: dos ditadores à autoajuda. Youtube, 21 de maio de 2017, Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1L5VKwWheug>>. Acesso em: 25 Fev. 2021.
- LA BOÉTIE, Etienne de. **Discurso da servidão voluntária**. Comentários de Pierre Clastres, Claude Lefort e Marilena Chauí. Tradução de Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Elogio da filosofia)
- LEFORT, Claude. O nome de um. In. LA BOÉTIE, Etienne de. **Discurso da servidão voluntária**. Comentários de Pierre Clastres, Claude Lefort e Marilena Chauí. Tradução de Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 125-172. (Elogio da filosofia)
- LOBO, Danilo Moraes. Das relações entre memória e poder para a construção da liberdade ou da servidão: contribuições de Etienne de La Boétie e Maquiavel, **Aprender**, vol. 2, n. 16, jul./dez., 2016, p. 115-124.

MENEZES, Priscila M. Del Cima de Alvarenga. **A origem e evolução do tribuno da plebe na Roma republicana**. Dissertação (Monografia em Direito) – Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 2012. p. 89. [manuscrito]

MONTAIGNE, Michel Eyquem. **Ensaio**. Tradução de Sérgio Milliet. 3º Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os Pensadores)

NUNES, L. H. M. **A crítica da tirania como crítica do poder político no discurso da servidão voluntária de Étienne de La Boétie**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, 2007. p. 229. [manuscrito]

TELES, Idete. **O contrato social de Thomas Hobbes: alcances e limites**. Dissertação (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012. p. 227. [manuscrito]

TONETI, Edson Donizete. Discurso da servidão voluntária: relações de força e liberdade na obra de La Boétie. **Aurora**, vol. 21, n. 28, jan./jun., Curitiba, 2009, p. 165-191.

VIEIRA, Cecília Alkimin. **Servidão, liberdade e organização política na filosofia de La Boétie e Espinosa**. Dissertação (Monografia em Direito) – Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 2018. p. 45. [manuscrito]

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4º Ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2015. (Volume 1)

YAZBEK, André Constantino. Notas sobre a natureza, a liberdade e a tirania no Discurso da servidão voluntária de Étienne de La Boétie. **Revista Ética e Filosofia Política**, vol. 1, n. 23, jan./jun., Juiz de Fora, 2020, p. 183-198.

ZAWADZKI, Paul. Reversões da liberdade em servidão: Claude Ledort, leitor de La Boétie. **Exilium**, vol. 2, n. 2, jan./jun., São Paulo, 2021, p. 141-165.